

15 anos

INSTITUTO
**OBSERVATÓRI
SOCIAL**

PELA GLOBALIZAÇÃO DOS DIREITOS

DEZEMBRO 2012 - EDIÇÃO ESPECIAL WWW.OBSERVATORIOSOCIAL.ORG.BR

O FALSO VERDE

A photograph of a forest path with sunlight filtering through the trees. The path is made of dirt and is flanked by tall, thin trees. Sunlight creates a dappled pattern on the ground and the trees. The overall tone is warm and natural.

A transição para uma nova economia supõe que a ética (ou seja, as questões referentes ao bem, à justiça e à virtude) ocupe lugar central nas decisões sobre o uso dos recursos materiais e energéticos e na organização do próprio trabalho das pessoas.

Ricardo Abramovay



FOTO CAPA:
TATIANA CARDEAL

REVISTA OBSERVATÓRIO SOCIAL EDIÇÃO ESPECIAL 15 ANOS

Dezembro de 2012
São Paulo – SP – Brasil
Gráfica ATRATIVA

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Daniele Martins e Dudu Bolito

EDITOR

Marques Casara

COLABORAÇÃO

Tatiana Cardeal

DIAGRAMAÇÃO

Papel Social Comunicação

FOTOGRAFIA

Tatiana Cardeal

REVISÃO DA REPORTAGEM ESPECIAL

Ana Paula Castilho

A pesquisa da celulose só foi possível graças a inestimável contribuição das seguintes pessoas:

Gilsa Helena Barcellos – UFMG

Henri Acselrad – IPPUR/UFRJ

Ivonete Gonçalves – CEPEDS

João Batista Guimarães, Teresino,

Fabício e comunidade Angelim I

Lívia Duarte – FASE

Marcelo Calazans – FASE

Oswaldo Martins de Oliveira – UFES

Raquel Mombelli – UFSC

Sandro Silva – UFES

Winfridus Overbeek – WRM

INICIATIVA

Instituto Observatório Social

REALIZAÇÃO



Papel Social Comunicação

www.papelsocial.com

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL

DIRETORIA EXECUTIVA

Aparecido Donizeti da Silva

Vagner Freitas de Moraes

João Antônio Felício

Valeir Ertle

CONSELHO DIRETOR

Presidência:

Aparecido Donizeti da Silva

(2009-2012)

Roni Anderson Barbosa

(2012 - 2015)

Diretoria Financeira:

Valeir Ertle

(2009-2012)

Siderlei Silva de Oliveira

(2012 - 2015)

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Amarildo Dudu Bolito

Lilian Arruda



INSTITUTO
OBSERVATÓRIO
SOCIAL

R. Dona Brígida, 299

Vila Mariana- 04111-080

São Paulo - SP

Tel: (11) 3105-0884

Fax:(11) 3107-0538

e-mail: observatorio@os.org.br

www.observatoriosocial.org.br

Revista Observatório Social

2009 • Finalista no Prêmio Esso de Jornalismo, categoria Informação Científica, Tecnológica e Ecológica

2008 • Prêmio Especial de Direitos Humanos da OAB/RS e do Movimento Justiça e Direitos Humanos.

2007 • Menção Honrosa - Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

2006 • Menção Honrosa - Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

2003 • Prêmio Esso de Jornalismo, categoria Informação Científica, Tecnológica e Ecológica.

FOTO: TATIANA CARDEAL

VISTA NOTURNA
DE PLANTAÇÃO DE
EUCALIPTOS NO NORTE
DO ESPÍRITO SANTO.

ÍNDICE

6 Capítulo 1 | FALSO VERDE

Cadeia produtiva controlada pelo BNDES e pela Votorantim está ligada a crimes ambientais, fraudes, grilagem de terras e lavagem de dinheiro.

12 Capítulo 2 | GREENWASHING

Como a Fibria usa ferramentas de *marketing* para lavar três décadas de crimes, abuso e violações dos direitos humanos.

18 Capítulo 3 | FRONTEIRA FINAL

Empresas de celulose exercem práticas de confinamento humano assistido e avançam para controlar os últimos focos de resistência.

26 Capítulo 4 | CAMINHO OSCURO

Mergulhada em 900 processos, Veracel é acusada de lavagem de dinheiro, corrupção e fraudes. Ministério Público aponta crime organizado.

32 Capítulo 5 | OS VALENTIM

Em 15 dias, Estela Valentim perdeu um filho, um irmão e um sobrinho, contaminados pelo herbicida da Aracruz-Fibria.

38 Capítulo 6 | ANTIGOS E NOVOS TEMPOS

Povos indígenas e negros quilombolas são um estorvo para as empresas que controlam a cadeia produtiva da celulose.

44 RESPOSTAS DAS EMPRESAS

Saiba o que dizem as empresas sobre os resultados da pesquisa.

48 ENTREVISTA

Artur Henrique da Silva fala sobre o instituto de cooperação internacional, focado em América Latina e África.

50 15 ANOS DE OBSERVATÓRIO SOCIAL

Com pesquisas voltadas para Direitos Humanos, Trabalho e Meio Ambiente, Observatório alcança a maturidade.

54 ARTIGOS

Representantes dos trabalhadores expõem suas opiniões sobre os rumos do país.

FALSO VERDE

Cadeia produtiva controlada pelo BNDES e pela Votorantim está ligada a crimes ambientais, fraudes, grilagem de terras e lavagem de dinheiro. Direitos humanos de comunidades indígenas e quilombolas estão sendo violados.

POR *MARQUES CASARA**
FOTOS *TATIANA CARDEAL*

CORTE DE EUCALIPTOS EM
TEIXEIRA DE FREITAS (BA).
MÁQUINAS OPERAM
24 HORAS POR DIA.

* COLABOROU TATIANA CARDEAL





Em 2008, saiu na imprensa que a empresa Aracruz Celulose perdera R\$ 4,6 bilhões em operações especulativas de alto risco.

Em uma ação classificada como negligente e desqualificada pela Comissão de Valores Mobiliários, a empresa estava apostando alto no volátil e arriscado mercado de derivativos.

Apostou e perdeu, no rastro da crise que atingiu os Estados Unidos e outros países em 2008, quando ocorreu aquela onda de quebraadeira de pessoas físicas, empresas e bancos.

Naquela época, o mercado de investimentos chegou a um grau de confiabilidade mais ou menos igual ao de uma mesa de pôquer de fundo de garagem.

Nas apostas de alto risco, a Aracruz anoiteceu cacifada e amanheceu quebrada, com quase cinco bilhões se esvaindo pelo ralo do cassino internacional.

Esse poderia ser o final da história: “Empresa perde tudo no mercado especulativo de alto risco e vai à falência”.

Mas as coisas não são tão simples.

Icebergs não naufragam facilmente, principalmente quando amparados pela maternal e condescendente mão do Estado, nesse caso, representado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, que injetou dinheiro na Aracruz e tornou-se o principal acionista da maior operação de

celulose branqueada do mundo, na região que compreende o norte do Espírito Santo e o sul da Bahia.

Sendo assim, conforme será apresentado nesta reportagem, o que era para ser o final da história torna-se o começo de tudo. O começo de uma das mais bem montadas operações de *greenwashing* que ocorreram desde que o termo foi inventado, alguns anos atrás.

Greenwashing: branqueamento ecológico, lavagem verde.

É uma operação de *marketing*.

Empresas irresponsáveis fazem isso para mostrar uma imagem socialmente justa e ecologicamente sustentável.

A empresa diz que é “verde” e gasta fortunas para legitimar isso, mas age exatamente ao contrário, violando sistematicamente a lei, a Constituição, a ética empresarial, as boas práticas socioambientais.

É sobre isso que vamos tratar aqui. Sobre empresas que exploram recursos naturais à custa de vidas humanas e de crimes ambientais, além de fraudes, corrupção e ações envolvendo grilagem de terras.

Os personagens principais dessa reportagem são os seguintes: Votorantim, Fibria (antiga Aracruz), Veracel, Stora Enso e BNDES.

A cadeia produtiva – controlada por essas empresas e que tem como maiores investidores o BNDES e a Votorantim – está ligada, segundo documentos levantados pela reportagem, aos crimes listados no quadro acima.

Lista dos problemas da celulose

1. violações dos direitos humanos;
2. lavagem de dinheiro;
3. sonegação de impostos;
4. corrupção;
5. fraude na certificação ambiental FSC;
6. fraude em licenciamentos ambientais;
7. terceirização ilícita de mão de obra;
8. fraude em processos de arrendamento de terras;
9. produção de documentos forjados;
10. grilagem de terras;
11. uso de policiais como vigilantes particulares;
12. devastação de mata nativa;
13. assoreamento de rios;
14. ocupação ilegal de terras indígenas;
15. ocupação ilegal de terras da União;
16. ocupação ilegal de terras quilombolas.

As informações aqui relatadas foram coletadas no Poder Judiciário, no Ministério Público da Bahia, no Ministério Público Federal, em diversos órgãos federais, estaduais e municipais. Uma das empresas que fazem parte dessa cadeia produtiva, a Veracel, controlada por Fibria e Stora Enso, responde a mais de 900 processos.

A Veracel está localizada em Eunápolis, uma cidade no sul da Bahia, distante uma hora de Porto Seguro.

– O que eu vejo é a ocorrência de crime organizado – disse o coordenador do Ministério Público em Eunápolis, João Alves Neto, em entrevista concedida ao jornalista J. Alencar em março de 2011.

PLANTAÇÕES DE EUCALIPTOS COBREM BOA PARTE DAS TERRAS FÉRTEIS DO SUL DA BAHIA E DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO.



Meu nome é Estela Valentim de Jesus.

Moro com minha família na comunidade São Jorge – Boa Esperança, Espírito Santo. Todos aqui são descendentes do velho Valentim, meu bisavô, escravo fugido das fazendas de mandioca, do tempo da escravatura. Eu moro aqui desde que me entendo por gente. Posso dizer com certeza que essa terra aqui é nossa, porque eu nasci aqui e minha mãe também nasceu aqui. Toda essa terra coberta de eucalipto é nossa. O meu povo

plantava abóbora, milho, mandioca. Isso aqui era moradia de negro quilombola, gente fugida da escravidão e gente liberta que ganhou terra. Tinha muita floresta aqui até as máquinas da firma chegarem com o correntão, que derrubou tudo, até nossas plantações. Junto com as máquinas vieram militares do Exército. Eles disseram assim: essa terra tem dono, vocês saem por bem ou saem por mal. Nós não saímos, nem por bem

nem por mal. Eu perdi três pessoas nessa guerra. Perdi meu irmão, meu sobrinho e perdi meu próprio filho. Meu filho tinha sete anos. Morreu depois de vomitar sangue durante uma semana. Ele comeu uma castanha contaminada pelo Roundup, o veneno da Aracruz-Fibria. O veneno comeu ele por dentro. Depois das mortes, vieram aqui os homens da firma. Cortaram os pés de castanha e cobriram o poço de água com concreto. Os homens foram embora dizendo que alguém iria

voltar pra conversar com as famílias enlutadas. As mortes aconteceram em 1994. Nunca veio ninguém da firma explicar o que aconteceu com nossos filhos. O meu guri teria hoje 25 anos de idade. E nós também estamos sem água. Fizeram uma caixa d'água, mas não colocaram os canos que trariam a água. A firma quer que a gente vá embora, mas nós vamos ficar, essa terra tá lavada com o nosso sangue. Essa terra é sagrada.

MILAGRE ECONÔMICO

Para entender como essa rede criminosa opera e como ela é financiada pelo BNDES, precisamos voltar a 1960, quando a Aracruz-Fibria chegou ao Espírito Santo para iniciar o plantio de eucalipto.

Era a época do chamado milagre econômico, entre 1969 e 1973, quando o País experimentou um forte crescimento. O Brasil, nesse período, era comandado pelo ditador Garrastazu Médici, general do Exército.

A Aracruz-Fibria encontrou terreno fértil para operar nesse cenário de expansão econômica e ditadura militar. Protegida pelo Estado, estimulada pela linha dura do Exército, a Aracruz-Fibria protagonizou um interminável ciclo de práticas criminosas, de devastação ambiental e de sistemáticas violações aos direitos humanos.

Nessa época, muita gente foi expulsa de sua terra na base de ameaça, com o uso de força bruta e presença de oficiais fardados do Exército.

A estrutura fundiária que sustenta a produção de celulose no Espírito Santo e na Bahia está alicerçada na grilagem de terras, em crimes contra os direitos humanos, em diversos tipos de fraude, em incontáveis crimes ambientais e no uso de servidores públicos para expulsar moradores tradicionais.

Estrutura que no início era financiada pelo antigo BNDE e que agora é financiada pelo BNDES.

No norte do Espírito Santo, o cenário se tornou grave em 1978, dez anos depois de iniciado o plantio de eucalipto. Foi quando a Aracruz-Fibria inaugurou a Fábrica “A”, a sua primeira planta.

Em 1991, a Fábrica “B” colocou a empresa como líder mundial na produção de celulose branqueada. Em 2000, com a compra de 50% da Veracel, a Aracruz ultrapassava as divisas do Espírito Santo e chegava à Bahia.

Em 2002, quando foi inaugurada a Fábrica “C”, começaram a sair as primeiras notícias sobre uso de violência contra indígenas, agricultores e quilombolas.

A empresa perdeu sucessivas ações na justiça, que determinavam a devolução das terras, conquistadas na base da força bruta, aos verdadeiros proprietários. Foi quando a empresa protagonizou uma desesperada tentativa de colocar a opinião pública contra as comunidades tradicionais: iniciou uma maciça distribuição, nas escolas, de cartilhas “dizendo” que os índios da região não eram índios de verdade.

Era um período de conflitos violentos e de sucessivas mortes pelo uso indiscriminado de agrotóxicos nas plantações de eucaliptos.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA ARACRUZ-FIBRIA EM 2001	
GRUPO	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (%)
GRUPO LORENTZEN (NORUEGA)	28,0
GRUPO VOTORANTIM	28,0
BANCO SAFRA	28,0
BNDES	12,5
BOVESPA/BVRJ	3,5
TOTAL	100,0

Fonte: Gilsa Helena Barcellos, 2010.

PESTICIDAS

Trabalhadores da Aracruz-Fibria e moradores da região foram mortos devido à negligência da empresa na manipulação de pesticidas. É o caso da família de Estela Valentim de Jesus, que perdeu um irmão, um filho e um sobrinho em menos de três semanas.

O caso é emblemático e será relatado mais adiante. A Aracruz e a sua sucursal, a Fibria, criaram um eficiente mecanismo de cerco às comunidades que vivem no norte do Espírito Santo, causando uma verdadeira asfixia econômica a essas pessoas.

No final dos anos 1960, quando a empresa chegou, 30 mil famílias quilombolas viviam na região. Hoje, são aproximadamente mil famílias.

Falta muito pouco para a empresa se livrar desse último foco de resistência, essas mil famílias que insistem em exigir a demarcação do seu território.

Demarcação que o governo federal nunca terminou. Faz trinta anos que o Estado brasileiro protege, financia e estimula o crescimento do setor de celulose no Espírito Santo e na Bahia. Não importa a que preço.

No próximo capítulo, você vai conhecer o organograma da cadeia produtiva. E saberá por que a Votorantim e o BNDES são os atores com as maiores responsabilidades por todos os crimes que estão em curso no norte do Espírito Santo e no sul da Bahia.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA ARACRUZ-FIBRIA EM 2012	
GRUPO	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (%)
GRUPO VOTORANTIM	29,3
BNDES	34,9
BOVESPA/BVRJ	35,8
TOTAL	100,0

Fonte: Valor Econômico, 2011.

GREENWASHING

Como a Fibria usa ferramentas de *marketing* para lavar três décadas de crimes, abuso e violações dos direitos humanos.

Nos anos 2000, após o forte crescimento das indústrias de celulose que chegaram no final dos anos 1960, o norte do Espírito Santo e o extremo sul da Bahia tornaram-se uma interminável faixa de terra coberta de eucaliptos. Nessa época, a Aracruz era controlada por Votorantim, Lorentzen, Banco Safra e BNDES.

Em 2009, depois da lambança especulativa que levou a Aracruz a perder quase R\$ 5 bilhões, houve uma reconfiguração do capital acionário. O BNDES entrou pesado para socorrer a empresa e a Votorantim comprou a parte do Safra e dos noruegueses.

Hoje, o BNDES é dono de 34,9% da Fibria, sendo seu principal acionista.

A situação é insólita. O BNDES colocou na operação mais dinheiro do que deveria. Fez isso para salvar a empresa de suas próprias irresponsabilidades, no jogo dos derivativos que, naquela época, também quebrou a Sadia.

Em nome do desenvolvimento e da manutenção de empregos, o BNDES evitou o pior, ou seja, a falência da empresa e o fim das operações.

O problema existe porque o banco, que tem como missão fomentar o desenvolvimento econômico e social, colocou dinheiro em uma cadeia produtiva estruturada em atos criminosos.

Será que uma cadeia produtiva socialmente justa e ambientalmente sustentável estaria sendo processada por lavagem de dinheiro, corrupção, fraude, desmatamento e outros tantos crimes?

Uma cadeia produtiva responsável estaria respondendo a mais de 900 proces-

sos na Justiça, em diferentes instâncias? Perguntas em aberto.

MARKETING VERDE

No Espírito Santo, a mudança do nome de Aracruz para Fibria representou o marco zero de uma nova estratégia: usar ferramentas de *marketing* para lavar três décadas de crimes, abuso e violações dos direitos humanos.

A mudança do nome não mudou seus principais acionistas. Os dois maiores

controladores, Votorantim e BNDES, são os mesmos desde o ano 2000, quando começaram os piores episódios de violência contra as comunidades indígenas e quilombolas que vivem na região.

Juntas, detêm 64,2% da Fibria e de suas unidades industriais. A Fibria, por sua vez, detém 50% da Veracel, ficando os outros 50% nas mãos da Stora Enso.

Votorantim e BNDES, portanto, são diretamente responsáveis pelo que acontece nessa cadeia produtiva.

FRAUDES

No processo de aquisição de terras para o plantio de eucalipto no norte do Espírito Santo, as empresas usaram sistemáticas operações de fraude, grilagem de terras e invasão de áreas públicas.

Os episódios estão descritos em depoimentos relatados à Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada, na década passada, pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

A metodologia da fraude – usada pela

Meu nome é Luzinete Serafim Blandino,

tenho 53 anos de idade e moro em São Domingos, uma comunidade quilombola localizada no norte do Espírito Santo. Sou prima-irmã de Pelé, o homem contratado pela Aracruz-Fibria para convencer o nosso povo a entregar as terras. Sou uma das principais lideranças da comunidade São Domingos, que há trinta anos luta contra a violência da empresa e do Estado. Hoje, estamos inviabilizados economicamente. Não temos mais terra para trabalhar. Estamos cercados pelos eucaliptos e vivemos de cesta básica e de bolsa família. Não é o que queremos. O que queremos é nosso território. Somos trabalhadores rurais, nossos ancestrais chegaram há mais de 150 anos. Os problemas econômicos não irão nos destruir e a Fibria sabe disso. O problema é que estamos sendo dizimados como cultura, como povo, como nação. Estamos sendo riscados do mapa, sufocados pela ação criminosa de grupos econômicos que atuam sob a simpatia e o estímulo do governo brasileiro.

Aracruz e por suas controladoras, com suporte financeiro do BNDES – era a de escalar funcionários como laranjas. A coisa funcionava da seguinte forma:

Um funcionário da empresa se diz agricultor e dá entrada a uma requisição de terra devoluta. No processo, a pessoa anexa uma série de documentos que comprovam que é um agricultor enraizado na terra e que se dedica à atividade agropecuária ou agropastoril.

Nos arquivos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, existem diversos depoimentos de pessoas, ligadas à Aracruz, que nunca foram agricultores e entraram com a requisição de terras para atender ao pedido da empresa.

Esses funcionários foram ouvidos pela CPI da Aracruz. Vários disseram que sequer conheciam a extensão da área requerida ou a localização das terras.

Após receberem a propriedade da terra, simplesmente repassavam para a Aracruz. Muitas vezes os documentos eram assinados no mesmo dia. “Não me lembro nem da localização, nem da dimensão e nem do município onde a terra foi requerida”, disse à CPI o ex-funcionário Sérgio Antônio Forechi. “Na verdade, essa terra foi legitimada no meu nome e repassada para a empresa”.

Outro depoimento, do ex-funcionário Ivan de Andrade Amorim: “Se não me falha a memória, fiz dois requerimentos de área. Não me recordo da localização. Assinei, mas não tenho como informar o local. Titulei para a Aracruz”.

São diversos depoimentos, todos mais ou menos nesse mesmo tom.

As operações ilegais da Aracruz e de seus controladores impactaram de forma irreversível as populações mais frágeis da região: índios e quilombolas. Estes, apesar de não terem a titulação, vivem no Espírito Santo há mais de um século, na região denominada Sapê do Norte, para onde fluíram negros fugidos da es-



cravidão, em um primeiro momento, e negros libertos, após a abolição.

Para convencer os quilombolas a abandonar a terra, a empresa tinha uma metodologia dividida em duas fases. Na primeira, as comunidades eram visitadas por um negro chamado Pelé, ligado ao movimento quilombola, que tentava convencer as famílias a vender as terras “numa boa”. Para isso, usava de variadas artimanhas. A principal delas era que, sem documentação, era melhor vender a terra do que perder para a Aracruz, que teria, segundo ele, poder de tirar todo mundo da terra.

ÁREA DE CORTE DE EUCALIPTOS DA FIBRIA NA REGIÃO DE SÃO MATEUS (ES).

Caso a ação de Pelé falhasse, iniciava-se a segunda fase, quando entrava em ação o tenente Merçon, oficial da ativa do Exército. “Ou sai por bem ou sai por mal”, avisava. Merçon, dizem os antigos, era extremamente convincente em seus métodos e argumentos.

Junto com Pelé, foi um dos principais jagunços a serviço da Aracruz. A dupla foi muito eficiente. Das 30 mil famílias que habitavam o Sapê do Norte quando chegaram por lá, restam cerca de mil.

Falta pouco para a empresa ganhar a guerra contra os quilombolas, principalmente porque conta com apoio do governo federal. Desde que a presidenta Dilma Rousseff assumiu o cargo, nenhum hectare quilombola foi demarca-

do no estado do Espírito Santo.

Lideranças quilombolas e organizações não governamentais que atuam na região são unânimes em afirmar que o governo opera a favor da Fibria ao não demarcar as terras quilombolas. O objetivo é que as famílias saiam. Por bem ou por mal, como diria o tenente Merçon.

Quanto aos indígenas, espremidos em 0,1% do seu território original, enfrentaram uma guerra aberta contra a empresa. A Aracruz alegava que os índios não eram índios e que o local onde tinham suas aldeias era, de fato, terra de sua propriedade.

Escreveu a pesquisadora Gilsa Helena Barcellos: “O uso de laranjas para a aquisição de terras pela empresa, dentro



ALDEIAS INDÍGENAS (BA) E COMUNIDADES QUILOMBOLAS (ES): AMEAÇADAS PELO CERCO DOS EUCALIPTOS.



dos territórios quilombolas, coroada por uma condição de favorecimento em diversos níveis de órgãos estatais, demonstra claros atos de ilegalidade, como ato simulado na aquisição de terras devolutas e esbulho de posses quilombolas”.

A pesquisadora é enfática em sua avaliação sobre a postura da empresa: “Se as leis vigentes naquela época fossem cumpridas, os quilombolas teriam suas posses legitimadas, pois atendiam a todos os pré-requisitos legais para tal. Mas a conjugação de esforços do Estado e da Aracruz-Fibria expulsou os quilombolas do seu território”.

Gilsa apurou que a saída de milhares de famílias quilombolas de suas terras provocou a migração para a periferia de cidades próximas, tais como São Mateus, Serra e a capital, Vitória. “Os quilombolas, deslocados violentamente para fora de seus territórios tradicionais para dar lugar ao plantio de eucalipto, somam-se a outros 10 milhões de pessoas em todo o mundo, que são deslocadas compulsoriamente para a implementação de grandes projetos, construção de estradas ou barragens”.

É nesse contexto, de violação dos direitos humanos e práticas sistemáticas de fraudes que Votorantim, BNDES e

Fibria controlam a produção de celulose no Espírito Santo. Esse cenário não mudou com a extinção da marca Aracruz e a chegada da marca Fibria. Os controladores são os mesmos.

O que a empresa tenta fazer, hoje, é apagar o passado e reescrever a história, alegando que o melhor mesmo é esquecer tudo o que houve e trabalhar sob uma nova relação.

Trinta anos de fraudes, grilagem de terras e violação dos direitos humanos não podem ser apagados com a mudança de um nome ou mesmo com uma nova postura. Mas nem isso acontece. Como veremos mais adiante, os relatórios de sustentabilidade da empresa não condizem com a realidade. A Fibria diz uma coisa e faz outra. É o *greenwashing* corporativo a plenos pulmões.

A Fibria escreve, no relatório de sustentabilidade, o que gostaria que acontecesse, não o que de fato aconteceu.

O relatório de sustentabilidade, portanto, também é uma fraude, na mesma toada das fraudes que a empresa utilizou desde que chegou à região, para iniciar suas atividades, financiada pelo BNDES e amparada pela ditadura.



FRONTEIRA FINAL

Em uma nova correlação de forças com as comunidades tradicionais, a Fibria exerce práticas de *confinamento humano assistido* e avança para controlar os últimos focos de resistência à monocultura de eucalipto.

PEQUENA PORÇÃO DE MATA NATIVA ESPREMIADA PELA PLANTAÇÃO DE EUCALIPTOS.

No relatório de sustentabilidade divulgado em 2012, a Fibria dedica boa parte do espaço para falar da natureza, das florestas e das pessoas que se beneficiam com suas atividades industriais.

A empresa defende a tese de que plantar florestas é a única maneira de garantir a preservação das matas nativas. Seria a maneira ecologicamente correta de garantir, de forma sustentada, a crescente demanda por produtos florestais.



É uma tese apoiada por especialistas e por organizações ligadas à responsabilidade social empresarial. Porém, há um problema: as florestas da Fibria foram plantadas a partir da devastação da mata nativa e de sistemáticas fraudes na aquisição de terras, envolvendo inclusive funcionários da empresa, usados como laranjas, como mostram os depoimentos apresentados no capítulo 2.

Hoje, a Fibria diz que mantém outro tipo de relação com a natureza e com as pessoas que vivem em sua área de atuação, no norte do Espírito Santo e no sul da Bahia. Na Bahia, a Fibria controla a Veracel, empresa que teve suas licenças ambientais cassadas e foi multada em R\$ 20 milhões por fraudes e outras irregularidades. O caso Veracel será visto mais adiante.

O novo posicionamento da Fibria em relação aos *stakeholders* começou depois que a Aracruz quebrou, em 2008, ao perder R\$ 4,6 bilhões em operações especulativas de alto risco. Na época, a empresa foi salva pelo BNDES, que injetou quase R\$ 2,5 bilhões e tornou-se o principal investidor.

A mudança do nome para Fibria deu início a uma nova lógica de relacionamento com as comunidades indígenas e quilombolas. A empresa passou a reconhecê-los como atores legítimos no processo de reivindicação de terras, o que

não era feito até então. “Acreditamos que alguns dos maiores avanços da Fibria em 2011 tenham ocorrido nas relações com as partes interessadas. Conseguimos estreitar os laços com os atores sociais de todas as regiões onde estamos presentes, seja com programas de engajamento, encontros comunitários, diálogos ou visitas regulares às comunidades”, diz o relatório de sustentabilidade.

Por essa ótica, mudanças importantes aconteceram, como o reconhecimento, por parte do governo federal, das terras indígenas, minimizando consideravelmente os conflitos da empresa com as tribos que habitam a região.

A Fibria foi obrigada a devolver 11 mil hectares de terra aos povos Tupinikim e Guarani, os mesmos que esta empresa dizia não serem índios.

No caso dos quilombolas, o problema não foi resolvido. Uma parte das terras foi demarcada, mas a maioria dos conflitos segue sem solução. O reconhecimento dos territórios, por parte do governo federal, está paralisado desde a posse da presidenta Dilma Rousseff, que congelou a demarcação de terras quilombolas em todo o território nacional.

Nesse cenário de omissão governamental, a Fibria faz o que quer. Avança sobre os últimos focos de resistência e exerce pressão direta sobre as comunidades, as quais estão cercadas pelos

eucaliptos e, assim, inviabilizadas economicamente. São pequenas povoações altamente fragilizadas do ponto de vista dos direitos humanos, da segurança alimentar e do acesso à terra. As comunidades quilombolas representam a última fronteira do avanço da celulose sobre as terras do Espírito Santo. Uma fronteira a ser conquistada com amplo apoio do principal agente governamental de financiamento à empresas, o BNDES.

A estratégia agora é pressionar para que as comunidades abram mão das terras onde viveram seus ancestrais e reconheçam as propriedades como sendo da Fibria.

Em troca, recebem por comodato uma pequena porção da área, onde podem plantar mandioca e outras culturas que sejam previamente aprovadas pela empresa.

COMODATO

Diversas comunidades quilombolas estão aceitando a proposta da empresa, simplesmente porque não existe outra opção. “A Fibria é dona do poder econômico e político na região. Elege prefeitos e vereadores, decide tudo por aqui”, diz João Batista Guimarães, líder da comunidade quilombola do Angelim 1, em

Meu nome é Luciana Batista Vasconcelos, moro na comunidade de Angelim 1 e tenho 58 anos. Eu trabalho, com minha família, em uma das últimas casas de farinha do Sapê do Norte, como é chamado esse lugar de quilombos, o Sapê do Norte. A casa de farinha sempre foi o centro da comunidade, lugar de trabalho, de conversa, de alegria e de tristeza. Tudo acontecia aqui, na casa de farinha.

Nossa cultura começou a morrer já tem muito tempo, quando começaram a plantar os eucaliptos. Eram 30 mil famílias de negros no Sapê do Norte, gente de quilombo, gente acostumada a viver da terra. Hoje, tem menos de mil famílias. A firma expulsou o meu povo de uma terra que é nossa desde o tempo da escravidão. Todo mundo tá cercado de eucalipto, respirando o veneno que eles colocam nas plantas.

Os rios todos que existiam aqui em volta do Angelim secaram. As lagoas, os peixes, tudo sumiu debaixo do eucalipto. A vida morreu aqui. Eucalipto não é vida, eucalipto é morte. Nessa terra estão enterrados meus pais e meus avós. A firma diz que a terra é dela, mas não é, foi tomada de nós. Meu povo tá enterrado aqui. Eu vou morrer aqui, não vai sobrar ninguém pra contar a história. Nossa história vai se apagar.

BNDES é o maior investidor mundial em celulose

O Brasil exporta US\$ 5 bilhões em celulose e papel, o que representa um importante item da pauta de exportações. Tem uma taxa média de expansão anual de 7,5% para a celulose e 5,7% para o papel. A produção anual ultrapassa 15 milhões de toneladas e gera, segundo dados do jornal Valor Econômico, 115 mil empregos. É um mercado que vai muito bem, ajudado pelas condições climáticas, pelo aporte de dinheiro do BNDES e pela fartura de terras. Boa parte dessas terras, como se viu aqui, foi conquistada de forma criminoso, por meio da grilagem de terras, do uso de laranjas e de corrupção para obter licenças ambientais fraudadas. A celulose brasileira é usada, em grande parte, para a produção de embalagens, papéis para imprimir, papéis especiais de alto valor agregado e papel higiênico. Segundo a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), entre 2015 e 2017, o Brasil será o terceiro maior produtor mundial de celulose, atrás apenas de Estados Unidos e Canadá. Devemos chegar rapidamente a uma produção anual de 22 milhões de toneladas. Esse aumento vai requerer mais terras e mais fábricas, parte delas já em fase de construção ou de ampliação. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é o principal investidor mundial do setor de papel e celulose. Entre 2000 e 2011, desembolsou mais de R\$ 12,4 bilhões. É acionista majoritário da Fibria (fato que também o torna dono da Veracel); segundo maior investidor da Suzano Papel e Celulose; um dos donos da Klabin.



Conceição da Barra (ES).

Conforme João Batista e outras lideranças, ao congelar o processo de demarcação das terras quilombolas, o governo federal criou um vácuo entre as necessidades da empresa e dos quilombolas, que foram entregues à própria sorte. Uma estratégia para que as comunidades passem a negociar diretamente com a empresa, ou seja, sem a intermediação dos órgãos oficiais.

Negociar, nesse caso, é abrir mão da terra a aceitar fazer parte dos “projetos de sustentabilidade” oferecidos pela Fibria: viver em uma área delimitada e produzir culturas previamente aprovadas. Para isso, a empresa oferece as mudas das plantas e a assistência de técnicos agrícolas, que darão o suporte necessário para a viabilidade econômica do projeto.

A comunidade assina dois documentos: no primeiro, abre mão da terra; no segundo, um termo de comodato, concorda em usar uma área previamente delimitada.

João Batista voltou a viver em Angelim após quatro anos atuando como técnico da FASE, uma das mais ativas organizações associadas à defesa dos direitos quilombolas no norte do Espírito Santo. No tempo em que esteve ligado à FASE, João Batista era radicalmente contra o comodato. Via a luta pela terra como um direito fundamental do povo quilombola, a única forma de manter as raízes e a cultura dos povos que vivem ali desde antes da abolição da escravatura.

“A Fibria foi pra dentro das comunidades, com as mesmas técnicas usadas pelos movimentos sociais. Com isso, rachou

o movimento, atraiu as lideranças e conseguiu impor seu modelo”, explica João Batista, ele mesmo uma liderança que optou por ceder e assinar o comodato.

Para convencê-lo, a empresa concordou em financiar a construção de um restaurante dentro da comunidade.

“É claramente um recuo da nossa parte. Estamos abandonados pelas políticas públicas do governo, que não prosseguiu com a demarcação das terras quilombolas e nos jogou nas mãos da empresa”, diz João Batista.

Atualmente, em Angelim, a Fibria financia o projeto liderado por João Batista (a construção do restaurante), para o qual doou R\$ 30 mil. Com isso, os mo-

radores da comunidade esperam atrair visitantes locais e também turistas, uma forma de agregar valor ao plantio de culturas tradicionais.

É um desafio de grandes proporções. Localizada a cerca de 10 quilômetros de Conceição da Barra, no litoral Capixaba, Angelim 1 é um lugar de difícil acesso. O empreendimento vai concorrer com excelentes restaurantes, localizados a poucos metros da praia.

A comunidade terá alguns atrativos além do restaurante: uma casa de farinha e eventuais eventos tradicionais, com música e danças típicas dos quilombolas.

Os moradores veem o restaurante como uma das poucas alternativas de conseguir alguma independência econômica. “Estamos abraçados ao diabo”, diz João Batista. “As comunidades estão

PRODUÇÃO DE BIJU É UMA DAS ÚLTIMAS ALTERNATIVAS DE RENDA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

desmobilizadas, não temos mais forças para lutar. Estamos entregues à própria sorte. A partir de agora, será uma relação *full time* de dependência com a empresa”, analisa.

O projeto de comodato, ligando as comunidades às decisões da empresa, reproduz uma forma de relacionamento bem conhecida no Brasil: a servidão mantida por práticas tutelares e subalternização das comunidades negras.

“A empresa pretende reescrever os modos de produção e reprodução dos quilombolas sujeitando-os ao controle e ao disciplinamento”, diz o pesquisador



JOÃO DOS SANTOS E O AÇUDE DE PEIXES NA COMUNIDADE OLIVEIRA COSTA.



IZAURA COSTA (ESQ): “A EMPRESA NÃO CUMPRE O QUE PROMETE E NOS MANTÉM ISOLADOS NO MEIO DO EUCALIPTOS”.

Sandro Silva, professor na Universidade Federal do Espírito Santo.

Silva analisa a proposta da empresa: implantar o regime jurídico de comodato nos quilombolas. É nesse contexto, segundo o pesquisador, que as relações se mantêm com base na reprodução da servidão.

No artigo “Condenados na terra – Comodato, controle e disciplinamento nos quilombos do Espírito Santo”, Silva analisa a mudança de estratégia da Fibria após a crise de 2008 e a nova configuração acionária. Ele diz o seguinte:

“Se na década de 1980 a Aracruz Celulose era acusada de expulsar os quilombolas para as favelas da cidade, agora a nova correlação de forças no campo político leva a Fibria a inaugurar uma ‘gestão dos pobres’ por meio de práticas de ‘confinamento humano assistido’ com

recursos extraídos das políticas federais de combate à pobreza e dos bancos de desenvolvimento social. Mantendo a lógica de reclusão assistida, pretende-se reeditar, atribuindo um sotaque regional à política de titulação de quilombos.”

Os recursos são geridos, segundo a pesquisa de Silva, por um programa denominado REDES, mantido pelo Instituto Votorantim e pelo BNDES, empresas que detêm o controle acionário da Fibria. O objetivo é implantar projetos de geração de trabalho e renda não apenas nas comunidades quilombolas, mas em todos os municípios que sofrem o impacto da monocultura de eucalipto. O foco principal é qualificar pessoas e fomentar redes de negócios que gerem renda para as comunidades.

PROJETOS DE FACHADA

A reportagem visitou projetos de geração de renda da Fibria. No município de Mucuri (BA), a comunidade rural Oliveira Costa foi contemplada com duas ações. A primeira, denominada Formas

da Natureza, visa à geração de renda por meio da qualificação dos moradores para produzir artesanato a partir da madeira do eucalipto. Para isso, a empresa construiu uma marcenaria na comunidade.

A segunda ação busca prover a comunidade com geração de renda por meio da produção de pescados, da construção e do abastecimento de seis açudes. Nenhum projeto cumpre o que promete.

Segundo documentos divulgados pela Fibria, o projeto Formas da Natureza beneficia, em Oliveira Costa, 16 famílias. Na prática, entretanto, apenas uma família é beneficiada.

— A única pessoa que está ganhando dinheiro com o projeto é o Waldir Paixão, presidente da Associação de Moradores de Oliveira Costa, que tem a chave da marcenaria — diz João dos Santos, um antigo morador da comunidade.

— Quando não está [Waldir], o prédio fica fechado e ninguém mais tem acesso, nem as pessoas que fizeram o curso patrocinado pela Fibria.

O curso consiste em ensinar as pessoas

a fazer colheres, conchas e objetos artesanais a partir do eucalipto.

Conversamos com vários moradores que vivem no entorno da marcenaria. Nenhum deles, inclusive os que fizeram o curso, soube informar se mais alguém estava vendendo os produtos, cujo acesso é controlado por Waldir.

— Minha filha fez o curso, aprendeu a fazer umas colheres e umas conchas, mas não sabe o que fazer com elas. Não existe um canal de venda, não existe um projeto para fazer produtos mais elaborados — contou João dos Santos.

Waldir Paixão, o presidente da Associação de Moradores, não mora em Oliveira Costa. Vive em Itaúnas, no Espírito Santo. Só aparece em momentos específicos, segundo os moradores, para usar a marcenaria, fazer produtos e sair para vendê-los.

No dia em que visitamos a comunidade, Waldir não estava. A marcenaria estava parada. Ninguém sabia informar quando a produção seria retomada.

Fomos procurar Waldir em sua casa em Itaúnas. Estivemos lá duas vezes, mas não o encontramos. A informação de sua família era a de que estava viajando, sem hora certa para voltar.

A segunda iniciativa, a dos peixes, tem uma história ainda mais complicada.

O projeto começou com a criação de abelhas. A empresa havia prometido que levaria as caixas e um técnico para ensinar a comunidade a cuidar das colmeias. O projeto nunca saiu do papel.

— Ficamos mais de um ano esperando as caixas de abelha. Todo mês era uma desculpa diferente. As caixas nunca chegaram, até o dia em que a empresa apareceu anunciando que iria mudar o projeto das abelhas para a produção de pescado — lembra João dos Santos.

O projeto do pescado consiste no seguinte: seis açudes, cavados pela empresa, que levariam a primeira leva de peixes e os técnicos para ensinar a comunidade a produzir e manter o projeto por conta própria a partir do início da produção.

Os técnicos da empresa haviam calculado que, para uma produção sustentada durante todo o ano, seriam necessários seis açudes. Dos seis, apenas quatro foram construídos. Dos quatro, apenas dois tinham água e peixes.

— A empresa não cumpriu nada do que acertou conosco — diz a moradora Izaura Lores Costa. Ela completa:

— Não trouxe nem as cestas básicas que havia prometido.

Oliveira Costa, hoje, é uma ilha no meio de milhares de hectares de eucalipto. Dezenas de outros pequenos povoados estão nas mãos da empresa, vivendo de projetos que nunca são totalmente executados. São como mendigos rurais, à espera das migalhas que os mantêm vivos, fato que o pesquisador Sandro Silva definiu como servidão assistida.

CAMINHO OBSCURO

Mergulhada em mais de 900 processos, a Veracel faz parte da Fibria, que é controlada pelo BNDES e pela Votorantim. A empresa é acusada de lavagem de dinheiro, corrupção e fraudes. Os fomentados estão revoltados e o Ministério Público reúne provas que configuram a prática de crime organizado.

CORTE DE EUCALIPTOS NA REGIÃO DO MONTE PASCOAL, NO SUL DA BAHIA.



A Veracel chegou ao sul da Bahia como um messias chega ao deserto. Cheia de promessas, instalou-se ao lado de uma das maiores tragédias sociais brasileiras, Barrolândia, povoado miserável e esquecido na parte pobre e sem turistas do sul da Bahia.

Em 2003, durante a construção da fábrica, Barrolândia era campeã brasileira de Hanseníase e de outras doenças da Idade Média.

De cara, a Veracel mudou esse cenário. Saneou Barrolândia, colocou esgoto em quase todas as casas.

Da Suécia, trouxe a rainha Silvia. Ela inaugurou uma escola que levava seu nome e anunciou (junto com os suecos donos de parte da empresa) que, a partir daquele dia, tudo iria mudar para aquele povo miserável, campeão de doenças.

Parecia um filme com final feliz. Antes de iniciar as operações em 2005, a empresa chegou ao ponto de instalar, no porto de embarque de celulose que construiu em Belmonte, lâmpadas especiais para não atrapalhar a vida das tartarugas que habitam a região.

Aos pescadores, a Veracel doou câmaras frigoríficas e prometeu que seus pontos de pesca jamais seriam tocados. Disse até que criariam um pesqueiro artificial, em outro ponto da costa, para ficar de reserva caso ocorresse alguma improvável emergência no pesqueiro natural, já que por ali passariam seus navios.

Quando saíram as primeiras notícias sobre a fábrica, em 2003, os agricultores viviam um momento de grande euforia. Estavam assinando vantajosos contratos de comodato, liberando suas terras para a empresa plantar eucaliptos.

Naquela época, os fomentados foram atraídos como abelhas para o mel. A expectativa era de contratos de longuíssimo prazo, com baixíssimo risco e faturamento muito acima do que era proporcionado pela criação de animais ou pelo cultivo de mamão.

Em pouco tempo, com uma forte política de parcerias locais, a empresa conseguiu chegar a 90 mil hectares de plantio, a cota necessária para tocar a produção de celulose na fábrica que seria inaugurada em setembro de 2005.

FRAUDE E CORRUPÇÃO

A coisa toda desandou em menos de cinco anos. No segundo semestre de 2012, o cenário é de terra arrasada. A Veracel está mergulhada em mais de 900 processos na Justiça do Trabalho e na Justiça comum; está sendo acusada de lavagem de dinheiro, corrupção e fraudes; os fomentados estão revoltados, processando a empresa por quebra de contrato e plantio além da área delimitada; o Ministério Público reúne provas que configuram crime organizado. Em apenas um processo, a Justiça Federal cassa todas as licenças ambientais e condena a empresa a pagar R\$ 20 milhões em multas.

O modo como a Veracel atua, no sul da Bahia, não é apenas de sua responsabilidade. O envolvimento em fraudes, suborno, corrupção e desmatamento também é de responsabilidade dos seus controladores: da Fibria e da Stora Enso. E do BNDES e da Votorantim, que controlam a Fibria.

O resultado é que a Veracel opera, desde 2008, pendurada pela cassação de suas operações. Foi nesse ano que ela recebeu a multa de R\$ 20 milhões e a determinação de recuperar, com mata nati-

va, os 90 mil hectares usados no plantio de eucalipto. As licenças ambientais foram suspensas em razão das inúmeras fraudes identificadas nos processos de obtenção das licenças.

A empresa não cumpriu a determinação judicial e recorreu. O processo está há quatro anos parado na segunda instância, praticamente sem nenhuma movimentação.

SUBORNO DE AUTORIDADES

Novas denúncias apareceram. O Ministério Público acusa a Veracel de corromper servidores públicos em diversas cidades do sul da Bahia para obter autorizações e

licenças fraudulentas.

A principal acusação é a de que a empresa subornou servidores para conseguir licenças ambientais sem a apresentação do relatório de impacto ambiental – o EIA/RIMA, o qual é obrigatório. A façanha foi alcançada devido a uma máquina de corrupção alimentada em dinheiro vivo pela Veracel, em todos os municípios onde mantém operações.

A multa de R\$ 20 milhões e a cassação das licenças foi o resultado de uma ação civil pública proposta em 1993 – quando a empresa começou suas atividades no sul da Bahia, com base em denúncias do SOS Mata Atlântica e do Greenpeace.

INVASÃO DE TERRAS

Em 2010, a Veracel foi condenada por terceirização ilícita de mão de obra. O processo foi iniciado quando o Ministério Público do Trabalho identificou que a organização usou empresas terceirizadas para exercer atividade-fim, o que é ilegal. A multa foi de R\$ 2 milhões.

Em 2011, mais problemas aparecem na cadeia produtiva. A empresa foi condenada por se apossar, de forma clandestina, de duas propriedades rurais que não faziam parte do contrato de arrendamento que mantinha com a empresa Suprema Empreendimentos Rurais, dona de duas fazendas que a Veracel invadiu para plantar eucaliptos na região sul do estado da Bahia.

– A Veracel está massacrando os produtores rurais do sul da Bahia – desabafa o fazendeiro Arnold Prado, um dos fomentados que cedeu a terra para o plantio de eucaliptos.



FIBRIA, STORA ENSO, BNDES E VOTORANTIM, QUE FAZEM PARTE DA CADEIA PRODUTIVA DA VERACEL, NÃO PODEM ALEGAR QUE NÃO SABIAM DO ENVOLVIMENTO DA EMPRESA EM FRAUDES, SUBORNO E CRIMES AMBIENTAIS. NOS ÚLTIMOS ANOS, OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO REGIONAIS DERAM AMPLA COBERTURA AOS PROCESSOS EM QUE A EMPRESA É ACUSADA DE DIVERSOS CRIMES.





Meu nome é Maria de Fátima Souza, tenho 50 anos. Sou uma agricultora sem terra. Nós plantamos mandioca em uma área que ocupamos ao lado de uma plantação de eucalipto. Faz 10 anos que pulo de um acampamento para o outro. Vivo em um barraco de lona na beira da estrada. Nosso banheiro é um buraco no chão. Tomamos banho de caneco, quando tem água. Não vejo meus filhos há muito tempo, estão perdidos pelo mundo. Estudei até a segunda série, sei escrever o meu nome, mas não sei ler. Nunca tive trabalho de carteira assinada. Nunca tive uma casa de verdade, um emprego, luz elétrica. Isso pra mim é luxo. Nunca fui ao dentista. Quando precisa de médico, tenho que caminhar 10 quilômetros até a cidade e rezar para ser atendida no hospital. Eu rezo muito, tenho esperança de ter uma casa e uma terra pra fazer a minha plantação.



O EMPRESÁRIO ARNOLD PRADO PROCESSOU A VERACEL POR QUEBRA DE CONTRATO NO PLANTIO DE EUCALIPTO EM SUAS TERRAS.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O plantio de eucaliptos de Veracel é certificado com o selo FSC, o mais importante do mundo. O processo de certificação aconteceu de forma totalmente irregular, apurou o próprio FSC. A empresa que certificou a Veracel foi a SGS, uma das maiores certificadoras do mundo.

O escândalo repercutiu em todo o mundo. A SGS foi obrigada a se afastar da certificação florestal, após uma delegação do FSC comprovar irregularidades no processo envolvendo a Veracel.

Em 2011, o coordenador do Ministério Público em Eunápolis, João Alves Neto, acusou a empresa de “crime organizado”. Disse que a Veracel estava lavando dinheiro por intermédio de contas correntes em nome de agricultores fomentados por ela.

O promotor identificou também a falsificação de documentos de limites de áreas que tinha o objetivo de ampliar o plantio de eucalipto em terras fomentadas.

Em diversos municípios do sul da Bahia, o Ministério Público identificou que as licenças ambientais foram “compradas” pela Veracel, principalmente em localidades sem estrutura fiscalizatória, sem Secretaria de Meio Ambiente e sem

Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Em cidades de maior porte, como Eunápolis, o Ministério Público descobriu que a Veracel interferiu diretamente na nomeação do secretário de Meio Ambiente ao indicar quem ela queria no cargo. O caso está sob investigação.

A empresa também é acusada de sonegação de impostos. Diversos autos de infração foram lavrados nos últimos anos. A prefeitura de Eunápolis reconhece, formalmente, por meio de ofício enviado ao Ministério Público, a prática de sonegação de impostos e de ISS.

Não é difícil descobrir as fraudes e os outros crimes. Basta adotar a velha regra: siga o dinheiro, pois seus rastros mostram para onde vão os lucros e de onde vêm os financiamentos, prática particularmente grave no caso do BNDES, que controla essa cadeia produtiva e deveria ter o “social” como referência permanente de seus negócios. Porém, esse não é o caso quando se trata da produção de celulose na Bahia e no Espírito Santo.

AGRICULTORES SEM TERRA CULTIVAM MANDIOCA NAS TERRAS DA VERACEL.

Em 2003, quando foi procurado pela empresa, Arnold Prado produzia leite, abóboras, melancia e mamão.

— A empresa disse que eu não precisava fazer nada, só assinar o contrato de fomento. Eles fariam o resto, entrariam com as mudas e fariam a manutenção do plantio até a hora da colheita.

— Depois que assinamos o contrato — continua ele — a empresa entrou com as máquinas e derrubou tudo. Mata nativa, as estrebarias, o plantio. Derrubou tudo.

Quando os eucaliptos estavam plantados, a licença ambiental foi cassada. Resultado: a empresa não pode retirar os eucaliptos e Arnold não recebeu o pagamento. E mais: a retirada da mata nati-

va, pelas máquinas da Veracel, gerou um processo contra Arnold, que foi multado e condenado a repor a vegetação.

— A empresa, que obteve as licenças ambientais posteriormente cassadas, disse que não tinha nada a ver com isso e me deixou sem nada, com a terra parada, coberta de um eucalipto que eu não posso retirar.

Arnold processou a empresa e ganhou. O caso está sob julgamento do recurso.

— Meu patrimônio está indisponível há vários anos. Não posso mais plantar, não posso vender a terra.

Arnold Prado é um entre dezenas de fazendeiros fomentados que fizeram péssimos negócios com a Veracel.



OS VALENTIM

Ao comer castanhas contaminadas pelo herbicida da Aracruz-Fibra, em intervalo de poucos dias de diferença entre si, Jerre Adriani, Vanderson e Vando ingeriram a química que fez seus órgãos internos se liquefazerem, reprogramados pelo disruptor endócrino ingerido junto com os frutos.

ESTELA VALENTIM DE JESUS:
UM FILHO, UM IRMÃO E UM
SOBRINHO MORTOS PELO
HERBICIDA DA FIBRIA.



IMPRÓPRIA PARA
O CONSUMO:
COLHEITA DE
ABÓBORAS
CONTAMINADA.

Antes de morrer, Jerre Adriani Valentim vomitou sangue durante seis noites em uma bacia de plástico, colocada pela mãe ao lado da cama, no quarto de pau a pique onde viviam, em um ajuntamento de casas conhecido como Vila São Jorge, às margens de uma estrada empoeirada no extremo norte do Espírito Santo.

Em meio aos delírios da febre que o acometeu durante uma semana, viu pela janela a correria dos moradores da vila, primeiro por causa de Vanderson, 11 anos de idade, depois por causa do pequeno Vando, de sete anos. Os meninos começaram a adoecer poucos dias antes de sua morte, ocorrida em uma manhã fresca e úmida de 13 de agosto de 1994.

Em seus momentos finais, ardendo em febre, vomitando um sangue espesso e escuro, Jerre Adriani perguntava à mãe por que os correntões ainda trabalhavam nos campos em torno da Vila São Jorge, mesmo depois de todas as árvores terem sido derrubadas.

Naquele momento, no desespero da morte, o que Jerre Adriani pensava ouvir estava além do entendimento da mãe, que atribuíu seus desvarios às ebulições do veneno que corria em suas veias.

Do lado de fora, não havia nada além de um silêncio seco e pesado, quebrado às vezes pelo vento, que fazia estremecer as copas mais altas do mar de eucaliptos que agora cercava a Vila São Jorge. Um mar verde, uniforme, sem pássaros, sem

animais, sem os tratores que anos atrás colocaram tudo abaixo.

Maria Valentim, mãe de Jerre Adriani, só foi entender os delírios do filho muitos anos depois, quando também doente e queimando de febre, acordou pensando ouvir o mesmo ruído ensurdecedor do correntão arrancando as árvores da Vila São Jorge.

Nesse dia, ao despertar com o corpo lavado de suor, ao abrir a janela e dar-se conta do silêncio que caía sobre a vila, Maria Valentim percebeu que o rapaz ouvira, nos estertores da morte, o antigo rugido que ficara impresso na memória dos moradores do lugar.

Em um espaço de oito horas, o terreno em volta das casas foi inteiramente de-

Meu nome é Domingo Firmiano dos Santos,

tenho 52 anos e também sou conhecido por Chapoca. Eu denuncio há mais de trinta anos a violência da Fibria contra as comunidades quilombolas do Sapê do Norte. A Fibria conquistou terras na base do terrorismo, da fraude e da força bruta, usando policiais e oficiais do Exército para ameaçar o nosso povo. Chegaram aqui avisando que a terra tinha dono e que devíamos sair. Nosso pessoal era analfabeto, não sabia ler documento, não tinha como se unir contra a empresa. Hoje ela domina toda essa região, financia campanha de governador, de deputado. Vários prefeitos da região são financiados pela Fibria. Em todos os municípios onde tem eucalipto, a Fibria controla a prefeitura. É um poder gigantesco.



vastado pelas máquinas, que chegaram sem avisar e colocaram abaixo 150 anos de trabalho duro, iniciado pelo bisavô Valentim, escravo fugido das fazendas que cobriam a região no século 19.

O correntão tinha a grossura da perna de um homem. Preso a dois tratores que operavam a uma distância de 30 metros entre si, arrasou tudo em volta das casas. Mata nativa, arbustos, cercas, o milharal, a plantação de mandioca, o cultivo de abóboras, tudo foi destruído.

Ao encontrar uma árvore mais grossa, os motores a diesel dos velhos Massey Ferguson operavam no limite da resistência, a corrente rasgava o tronco, arrancava as raízes, triturava os galhos mais finos.

O ruído era terrível. Os tratores arrastavam tudo o que estava acima do solo. Abriam espaço para o plantio de uma nova floresta, filha de uma mesma semente, de uma única matriz que geraria os milhões de clones de eucalipto, árvore que hoje cobre as vastas planícies do norte do Espírito Santo.



Jerre Adriani era um bebê quando as máquinas chegaram. Da janela do quarto em que morreria vinte anos depois, paralisado de terror, acompanhou do colo da mãe o serviço das máquinas que arrasaram, para sempre, a Vila São Jorge.

A empresa chegou anunciando que o terreno em torno da vila era, de fato, de sua propriedade — e não das pessoas que viviam ali havia um século e meio, desde que o velho Valentim procurou abrigo naquelas planícies cobertas de sapê e mata nativa.

Agarrada ao filho, escorada no rasgão da janela de pau a pique, Maria Valentim assistiu à passagem do correntão tomada por um desespero tão presente que era quase possível tocá-lo com as mãos; desespero que a acompanhou pelo resto dos seus dias, inclusive na madrugada fresca e úmida daquele fatídico 13 de agosto de 1994, quando perdeu o filho, e nas três semanas seguintes, quando perdeu o irmão Vanderson e o neto Vando, todos contaminados pelos agrotóxicos da Aracruz-Fibria.

Desde a chegada do correntão e nos vinte e poucos anos em que esteve vivo, tudo o que Jerre Adriani viu em torno de si foram eucaliptos.

Do alto das castanheiras que restaram no entorno das casas, o que ele enxergava, até onde a vista alcançava, era a monotonia das copas uniformes e retilíneas das centenas de milhares de árvores que substituíram, quando ainda era um bebê, a mata nativa que cobria a planície.

Assim viveu até o dia de sua morte, após duas semanas vomitando o sangue espesso e escuro que o afogou nos momentos finais.

Seus órgãos internos foram dissolvidos pela ação química do herbicida Roundup, usado pela Aracruz-Fibria para matar tudo o que houvesse sobre a terra.

O herbicida era aplicado, fazia o serviço e depois chegavam os homens com as mudas.

As árvores cresciam durante sete anos e eram cortadas, quando a terra era novamente pulverizada com o Roundup e preparada para um novo ciclo.

Enquanto Jerre Adriani Valentim esteve vivo, esse ciclo se repetiu três vezes. A terra era lavada pelo herbicida, depois arada e semeada. O eucalipto crescia e sete anos depois era cortado, quando a terra era novamente lavada de herbicida e recebia novas mudas.

Foi no início de um ciclo que as coisas saíram de controle e o veneno contaminou um poço artesiano e as castanheiras remanescentes.

Ao comer os frutos, Jerre Adriani, Vanderson e Vando selaram seus destinos. Consumiram doses letais de Roundup e morreram intoxicados pelo herbicida, veneno à base da substância química glifosato, classificada pela ciência como um disruptor endócrino.

Sua função é reprogramar as células das ervas daninhas e fazer com que entrem em colapso poucas horas após o primeiro contato. É altamente tóxico e letal.

Ao comer os frutos contaminados pelo glifosato, em intervalo de poucos dias de diferença entre si, Jerre Adriani, Vanderson e Vando ingeriram a química que fez seus órgãos internos se liquefazerem, reprogramados pelo disruptor ingerido junto com as castanhas.

Esse cenário, em que as pessoas se veem cercadas por milhões de clones e tem seus corpos reprogramados por agentes disruptores, estava muito além do entendimento das mães da vila.

Analfabetas, levando uma vida muito parecida com a do velho escravo Valentim, cercadas pelos eucaliptos e cuidando para viver um dia depois do outro, as mulheres da Vila São Jorge não tinham a mínima ideia de que seus filhos ficaram no meio do caminho, no meio da guerra química que antecedia uma nova semeadura de eucaliptos.

Elas demoraram tempo demais para entender o que acontecia. Foram enganadas até mesmo pelo hospital que atendeu Jerre Adriani, na cidade vizinha de São Mateus, para onde fora levado

quando não havia mais tempo de reverter a ação do disruptor.

Por ocasião da morte, o médico Joaquim Cardoso Lima dos Santos, o qual atendeu Jerre Adriani nos momentos finais, assinou um atestado de óbito anunciando que ele morrera de problemas endócrinos decorrentes do alcoolismo. E como um alcoólatra ele foi sepultado.

Depois morreu Vanderson, de 11 anos, e quando o pequeno Vando, de sete anos, começou a vomitar sangue, as mulheres de Vila São Jorge perceberam que algo muito errado estava acontecendo. E que não podiam confiar nos médicos de São Mateus, cidade controlada pela firma.

A mãe de Vando, Estela Valentim de Jesus, que já havia perdido o irmão Jerre Adriani e o sobrinho Vanderson, correu com Vando para a capital do estado, Vitória, distante 215 quilômetros.

No hospital de Vitória, em 20 minutos, foi dado o diagnóstico.

— Vando está morrendo envenenado pelo glifosato, o disruptor endócrino. Não há o que fazer.

Ao saber que o menino fora levado para Vitória e que teve a morte atestada por envenenamento causado pelo Roundup, a firma entrou em polvorosa.

Deu início a um corre-corre na vila. Os funcionários chegaram às dezenas. Não levaram médicos, enfermeiros ou remédios, apenas máquinas.

Concretaram o poço, derrubaram as castanheiras contaminadas, limparam o solo com um trator de esteira. E prometeram, para breve, uma visita de alguém da firma, que viria conversar com as famílias enlutadas, ocasião em que também resolveriam o problema da água, cavando um novo poço ou trazendo encanamentos.

— Aguardem um pouco, logo virá alguém para conversar com vocês e resolver tudo — disse um dos empregados.

Dezessete anos se passaram. Sob a sombra da única castanheira remanescente, Estela Valentim de Jesus, que perdeu um filho, um irmão e um sobrinho, ainda chora aquele fatídico agosto de 1994.

ANTIGOS E NOVOS TEMPOS

Em Aracruz (ES), a jaqueira centenária resiste ao avanço do deserto verde. Assim como ela, as comunidades indígenas e os povos quilombolas são um gigantesco estorvo para as empresas que controlam a cadeia produtiva da celulose.

Vila São Jorge é formada por um punhado de casas localizadas na zona rural do município de São Mateus, situado a 215 quilômetros ao norte de Vitória, capital do Espírito Santo. É uma vila que nasceu meio ao acaso, formada pelos netos e bisnetos do velho Valentim, que foram se estabelecendo por ali antes mesmo da abolição da escravatura, os quais estavam à procura de um lugar para se livrar dos senhores de escravos.

Nessas planícies inabitadas e quase inacessíveis, cobertas por gramíneas e matas tropicais, foram criadas diversas comunidades autônomas em um vasto

CONSTRUÍDA 17 ANOS APÓS A
CONTAMINAÇÃO DO POÇO NA VILA SÃO
JORGE, A CAIXA D'ÁGUA NUNCA RECEBEU
O ENCANAMENTO E CONTINUA SECA.

território por eles batizado Sapê do Norte. Estabeleceram enclaves autônomos, com leis próprias, regidas por fortes laços culturais, familiares e territoriais.

Viveram assim por mais de um século, protegidos pelo sertão e pela distância, plantando mandioca, abóboras e milho, criando vacas e galinhas.

Unidos pela religião e pela cultura, pelos cânticos africanos e pela relação com a terra, os quilombolas formaram suas comunidades, primeiro como focos de resistência e autoproteção, depois como pequenos povoados, que se fortaleceram após a abolição da escravatura e o final da monarquia, no século 19.

Com o fim do Império e do regime escravocrata, a estrutura fundiária do norte do Espírito Santo ruiu como um castelo de cartas. Até então sustentada pelo trabalho escravo, pela retirada de

madeira nativa e pelo cultivo da mandioca, as fazendas tornaram-se obsoletas com a chegada de um novo modelo econômico. A nova estrutura fundiária seria sustentada pelo colonato, com a chegada maciça de imigrantes, e pela produção agroexportadora de café, instalada em outras regiões do País, tais como São Paulo.

Com isso, sobraram terras no Sapê do Norte. As comunidades quilombolas organizaram-se em torno de um contrato simbólico de uso comum do território, criando animais à solta e plantando o necessário para sobreviver: mandioca, milho, abóboras, hortaliças.

A estrutura social e cultural consolidou-se no entorno das casas de farinha (alicerce da cadeia alimentar do povo quilombola), produzida de forma artesanal e que envolvia toda a família.



O facho

Dezenas de comunidades quilombolas estão literalmente cercadas pelos eucaliptos. Para elas, a coleta do “facho” é a única alternativa de sobrevivência.

Facho é o que sobra após a retirada dos eucaliptos pelas máquinas das empresas. Galhos e tocos que ficam espalhados pela terra são retirados pelas comunidades, que vendem esse material para carvoarias.

Para o trabalhador, uma semana no facho, trabalhando oito horas por dia, rende entre R\$ 150 e R\$ 300. Quem mais lucra é a empresa de celulose, que não gasta nada para limpar a área antes de um novo plantio. Os custos de transporte do facho ficam por conta dos trabalhadores.

Nesse território livre, distante das regras do Estado e da Igreja, exerciam a religiosidade em toda sua plenitude, por meio dos cultos africanos cadenciados pelo toque dos tambores e com um forte vínculo às divindades ligadas à natureza.

Assim viveram por décadas os moradores de Vila São Jorge, até o dia em que Maria Valentim, com o pequeno Jerre Adriani no colo, viu da janela de casa a chegada do correntão, o qual estava sendo arrastado pelos ruidosos Massey Ferguson da firma.

Quando a tragédia se abateu sobre a vila, o correntão puxado pelos tratores já era usado na região havia mais de dez anos, simbolizando os novos tempos.

Sua chegada a uma área de mata nativa determinava o fim de um modo de vida, o extermínio da natureza e o plantio de florestas de eucaliptos, semeados às centenas de milhares. A monocultura do eucalipto começa, portanto, muitos

anos antes da morte de Jerre Adriane Valentim, em 13 de agosto de 1994. Quando ele sucumbiu aos efeitos do disruptor endócrino, boa parte do Sapê do Norte já havia sido devastado pelos tratores e estava coberto de eucaliptos.

A reportagem visitou Vila São Jorge dezoito anos após a morte de Jerre Adriani. Encontrou sua irmã, Estela Valentim de Jesus – tia de Vanderson e mãe de Vando.

Ela está sentada em um toco de eucalipto improvisado como banquinho, espremida na sombra em forma de taça que a caixa d'água projeta no chão de terra batida. No entorno, as casas de pau a pique deram lugar a construções em alvenaria. Nos fundos, a castanheira remanescente marca o local da tragédia.

No entorno da vila, nas extensas áreas de terra, um novo ciclo começou. Os eucaliptos foram cortados e os homens da firma aplicaram o Roundup, o disruptor endócrino que matou Jerre Adriani e as duas crianças. Ao chegarem para aplicar o veneno, os homens da firma deram



Meu nome é Antônio Carvalho, tenho 47 anos e sou índio Guarani, cacique da aldeia Boa Esperança. Eu nasci na viagem em busca da Terra Sem Males, quando meu povo caminhou do Rio Grande do Sul até essas planícies do Espírito Santo, para encontrar as aldeias e parentes que já estavam aqui. A busca pela Terra Sem Males é o mito mais sagrado do nosso povo. Nós seguimos as leis da natureza, nós sentimos as coisas pelo coração e pela mente. A empresa de celulose está ferindo os nossos saberes. Para eles, as leis da natureza são invisíveis, eles não sentem a natureza, não sabem como respeitar a fauna e a flora. Destruir a fauna e a flora não é sábio. A devastação desequilibra a vida, traz doença e morte. O eucalipto traz tristeza e devastação, seca os rios, polui as nossas plantações. A empresa diz que vai doar mudas de árvores para recuperar as terras que ela devastou. Nós não queremos consertar o estrago que a empresa fez nesses 30 anos. Nós queremos que a empresa assuma a responsabilidade pela devastação, pela morte dos rios, dos pássaros, pela morte da natureza.



trinta minutos às famílias de Vila São Jorge para colherem o que pudessem.

Como a única área disponível para o plantio de abóboras e hortaliças estava perto demais das áreas de eucalipto, o Roundup destruiria não apenas as ervas daninhas, mas toda a lavoura da Vila São Jorge.

Foi um salve-se quem puder, uma ginástica contra o tempo, Estela Valentim e seus vizinhos retiraram o que foi possível ser colhido em meia hora. O restante, quase tudo, foi lavado pelo disruptor endócrino. Comer as hortaliças e as abóboras que entraram em contato com o Roundup estava fora de questão.

O melhor era esquecer aquela colheita, perdida para a guerra química que antecedia a chegada dos clones.

Sentada debaixo da sombra em forma de taça, Estela Valentim reunia forças para recomeçar, mais uma vez.

O eterno recomeço que, invariavelmente, a levava ao mesmo ponto de onde partira.

Aquela caixa d'água e sua sombra em forma de taça era o exemplo claro de que as coisas não iam bem na Vila São Jorge.

Prometida após a tragédia, a caixa

d'água só foi instalada em 2011, dezessete anos depois que o pessoal da Aracruz-Fibria chegou para selar o poço, derrubar as castanheiras contaminadas e limpar a área.

Quando encontramos Estela Valentim, sentada no banquinho de eucalipto, fazia mais de um ano que instalaram a estrutura de aço que deveria receber a água da rede pública. Mas nesse ano e pouco, a caixa d'água de Vila São Jorge não recebeu nenhuma gota de água.

Estava seca, dezessete anos depois de prometida e um ano e meio depois de instalada. Nunca recebera um mísero balde d'água.

Como uma representação macabra a lembrar que ali nada mais teria vida, a caixa d'água foi instalada bem no meio da Vila São Jorge. O máximo que fez por aquela gente foi projetar a sombra em que Estela Valentim se espremia em uma tarde abafada de agosto de 2012.

Não importa há quanto tempo ela esteja vivendo ali. Não importa seu filho, seu irmão, seu sobrinho, mortos pelo pesticida da Aracruz-Fibria. Não importa se o velho Valentim, escravo fugido das fazendas de mandioca, tivesse se

OBRIGADA PELA JUSTIÇA A DEVOLVER A TERRA AOS ÍNDIOS, A ARACRUZ-FIBRIA NÃO RETIROU AS RAÍZES DOS EUCALIPTOS, O QUE INVIABILIZA A AGRICULTURA NAS TERRAS INDÍGENAS EM ARACRUZ (ES).

instalado ali um século e meio antes da chegada dos tratores. Não importa se o preto fugido das fazendas de mandioca estivesse ali havia cento e cinquenta anos com seu pessoal, seus tambores, seus rituais e suas vacas, criadas à solta nas terras liberadas pelos senhores que caíram junto com a monarquia.

As comunidades indígenas e o povo de Vila São Jorge e do Sapê do Norte são um gigantesco estorvo para as empresas que controlam a cadeia produtiva da celulose. Não importa quantas vezes as empresas tenham mudado de nome ao longo de quarenta anos, e foram muitas. Está no DNA, no modelo de negócio destas organizações.

O discurso socialmente justo e ambientalmente sustentável, que se tornou o mantra do setor de papel e celulose, é uma peça de ficção nessa região do País.

O que dizem as empresas

BNDES

O banco não respondeu às perguntas enviadas pelo Observatório Social. Expediu a nota no quadro ao lado. As perguntas não respondidas pelo BNDES são as seguintes:

- O BNDES considera que as empresas nas quais investe estão de acordo com os princípios do banco?
- O BNDES é o principal acionista da Fibria. Qual é a metodologia usada para mitigar o impacto nas comunidades?
- Nos arquivos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, existem diversos depoimentos de ex-funcionários da Aracruz/Fibria. Essas pessoas dizem que foram usadas como laranjas, em processos fraudulentos de requisição de terras devolutas. Ouvidos pela CPI, sequer conheciam a extensão da área requerida ou a localização das terras. Também confirmaram que preencheram as requisições a pedido da empresa. Após receberem os títulos, as propriedades eram repassadas no mesmo dia para a empresa. Qual é a posição do BNDES sobre esses episódios?
- A Fibria detém 50% da Veracel Celulose. Sendo o principal acionista da Fibria, de que forma o BNDES participa da tomada de decisões na Veracel, que responde a mais de 900 processos na justiça.
- A Veracel foi multada em R\$ 20 milhões e teve as suas licenças ambientais cassadas. Qual é a avaliação do BNDES sobre esse fato?
- Em 2011, o coordenador do Ministério Público em Eunápolis, João Alves Neto, acusou a Veracel de “crime organizado”. Disse que a empresa estava lavando dinheiro através de contas correntes em nome de agricultores fomentados. Qual é a posição do BNDES sobre esse episódio?
- A Veracel detém o selo FSC de certifi-

ção florestal. Após o processo de certificação, a SGS, empresa que certificou a Veracel, se afastou desse tipo de trabalho, acusada de manipular o processo de certificação da Veracel. Qual é a posição do BNDES sobre esse episódio?

- Em 2010, a Veracel foi condenada por terceirização ilícita de mão de obra. O processo foi iniciado quando o Ministé-

A integra do texto enviada pelo banco:

O BNDES tem sido historicamente um agente de mudanças positivas na economia brasileira, induzindo a adoção das melhores práticas socioambientais pelos clientes, instituições financeiras e outras organizações envolvidos nos empreendimentos que financiam. O Banco faz isso ao conceder apoio por meio de crédito e também como acionista de empresas. Neste caso, a BNDESPAR, braço de participações do BNDES, pode ter representante no conselho das companhias onde possui participação, contribuindo no processo decisório estratégico, mas sem atuar na gestão cotidiana das empresas.

O BNDES está alinhado com as políticas públicas e legislações vigentes, em especial com o disposto na Política Nacional de Meio Ambiente.

No caso específico de empreendimentos de silvicultura, o apoio aos projetos está condicionado à observância das recomendações e restrições do zoneamento ecológico-econômico e do zoneamento agroecológico, quando for o caso. O apoio a empreendimentos de silvicultura relacionados à abertura de novas áreas só é possível quando este esteja em consonância com o zoneamento ecológico-econômico.

Desde 2002, o BNDES destinou R\$ 97 milhões em financiamentos para projetos sociais na área de influência de empreen-

rio Público do Trabalho identificou que a empresa usou empresas terceirizadas para exercer atividade-fim, que é ilegal. A multa foi de R\$ 2 milhões. Qual é a posição do BNDES sobre esse episódio?

- Em 2011, a Veracel foi condenada por se apossar, de forma clandestina, de propriedades rurais. Qual é a posição do BNDES sobre esse episódio?

dimentos do setor de papel e celulose. O acompanhamento destes investimentos tem sido feito com os mesmos procedimentos usualmente adotados pelo BNDES, por meio de verificação física e conferência de documentos.

É importante também notar que, caso uma empresa financiada pelo BNDES cometa algum tipo de irregularidade, atestada por decisão judicial ou medida administrativa, o Banco pode penalizá-la com a suspensão de desembolsos ou até o vencimento antecipado do contrato de financiamento (quando o cliente é obrigado a pagar antecipadamente e de uma só vez todo o valor devido ao Banco). Além disso, o veto do Banco a práticas como discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo está explícito na chamada Cláusula Social, presente desde 2008 em todos os contratos da instituição.

Vale ressaltar, no entanto, que a adoção de medidas por parte do BNDES depende não só das ações de acompanhamento de projetos realizadas pelo Banco, mas da atuação da Justiça e dos órgãos fiscalizadores competentes, para que eventuais ilícitos sejam constatados e punidos. Neste caso, é também de extrema importância o papel desempenhado por grupos da sociedade civil na denúncia de irregularidades.

Votorantim

As mesmas perguntas enviadas ao BNDES foram enviadas à Votorantim, que junto com o banco é dona da Fibria.

A empresa, respondeu o seguinte:

A Fibria Celulose é uma empresa de capital aberto, na qual a Votorantim é um dos acionistas. Portanto, a responsabilidade pela operação e gestão da empresa é do corpo executivo da Fibria, não cabendo a qualquer acionista se pronunciar a respeito.

Stora Enso

Leia abaixo o posicionamento da empresa sobre as questões enviadas pelo Observatório Social

- **Sobre as práticas de responsabilidade social da empresa.**
A Stora Enso é uma empresa com mais de 700 anos de existência e em todos os países em que atua, o faz de forma ambientalmente sustentável. Por isso é reconhecida como uma das empresas mais éticas do mundo pelo Instituto Ethisphere. A empresa detém 50% do capital da Veracel, acompanha seus processos florestais e industriais, e confirma que eles são orientados por uma Agenda de Sustentabilidade que se baseia nas melhores práticas ambientais na indústria, nos fluxos internos de produção, nas florestas plantadas e nas operações logísticas. Todos esses processos obedecem aos melhores padrões mundiais e são licenciados e monitorados pelo órgãos ambientais do governo do Estado da Bahia.
- **Sobre a mitigação do impacto causado às comunidades tradicionais.**
Inicialmente é importante observar que por razões históricas não existem quilombolas na região da Veracel. A avaliação sobre o impacto da atuação da Veracel é baseada

em estudos e inventários sociais conduzidos por consultorias e profissionais especializados. No caso da comunidade indígena, a construção da parceria é feita via diálogo permanente com as comunidades e acordos anuais realizados em um evento que reúne todas as lideranças indígenas da área de influência do empreendimento e representantes da empresa. Em relação à comunidade e pequenos agricultores há várias iniciativas da Veracel, como a de agricultura familiar em áreas de recuo de plantio como o Agrovida (instalado nas localidades de Ponto Central/Cabrália), as bordadeiras do distrito de Barrolândia (Belmonte). Ou em parcerias com associações ou com o Poder Público, como a padaria-escola (Guaratinga), incentivo a apicultura, uso múltiplo da madeira, dentre outros.

- **Sobre os 900 processos que tramitam contra a Veracel**
Este número de ações abrange os processos diretos e indiretos que transitam na justiça do trabalho: em outubro de 2012 haviam 290 reclamações trabalhistas impetradas por funcionários da Veracel. As demais reclamações foram propostas por funcionários de empresas que prestam ou prestaram serviços à Veracel, particularmente no período de construção da fábrica (2003 até 2005), quando se chegou a mais de oito mil pessoas na obra e onde a Veracel é citada na qualidade de responsável subsidiária.
- **Sobre a multa de R\$ 20 milhões e a cassação das licenças ambientais da Veracel.**
As licenças ambientais da Veracel estão em vigor e a empresa opera de forma regular. A aplicação da sentença judicial encontra-se suspensa até que haja o julgamento em instância superior, sendo que o processo aguarda julgamento no Tribunal Federal.
- **Sobre a acusação, feita pelo Ministério Público, de crime organizado e lavagem de dinheiro.**
As acusações do Promotor Público carecem de base. A Veracel ratifica sua conduta ética empresarial, assim como a de seus

profissionais e de seus parceiros comerciais, com quem mantém relações pautadas em obrigações e responsabilidades estabelecidas com transparência, tendo por princípio o cumprimento da lei e, por diretrizes, a manutenção das melhores práticas de gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável da região Sul da Bahia.

- **Sobre a fraude na certificação florestal.**
A Veracel foi certificada segundo os padrões do Forest Stewardship Council® (FSC®) pela SGS, na época a maior empresa qualificada a fornecer este certificado no Brasil. Com a saída da SGS do Sistema FSC de certificação, o próprio FSC reconfirmou a certificação, e a Veracel já contratou os serviços do IMAFLORA, para continuar os trabalhos de auditoria e acompanhamento do certificado FSC. O processo corre normalmente e as auditorias têm sido feitas conforme as normas daquela certificadora. Seguindo a política adotada pela Stora Enso, a Veracel é também certificada pelo Programa Nacional de Certificação Florestal (CERFLOR).
- **Sobre a condenação por terceirização ilícita de mão de obra.**
Essa sentença foi declarada nula pelo Tribunal Regional do Trabalho que reconheceu a incompetência absoluta da Vara do Trabalho de Eunápolis para julgar a referida Ação Civil Pública, determinando a remessa do processo a uma Vara do Trabalho de Salvador. A Veracel acredita na legalidade e licitude com que conduz suas atividades, especialmente os contratos de prestação de serviços mantidos com seus parceiros e a qualidade da relação de trabalho para com seus colaboradores.
- **Sobre a invasão de terras alheias.**
Esta sentença também foi declarada nula, pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em razão de não ter oportunizado a produção de provas necessárias para comprovar a anuência do proprietário para o referido plantio. A Veracel deverá comprovar na fase de instrução processual que o plantio se deu de forma regular e em conformidade com o pactuado com o proprietário do imóvel.

Fibria

Leia abaixo o posicionamento da Fibria sobre as questões enviadas pelo Observatório Social

- **Sobre o uso de funcionários como laranjas, nos processos de aquisição de terras.**

Os depoimentos de ex-funcionários da empresa, prestados na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, de uma forma generalizada, demonstraram que estes tinham consciência dos atos que praticavam buscando a legitimação das terras adquiridas pela empresa. Nos processos de legitimação de posse, os próprios requerentes apresentavam aos órgãos competentes declarações acerca da finalidade do respectivo pedido de legitimação, qual seja a participação em projeto de reflorestamento. A atividade era incentivada e fomentada pelo plano nacional de desenvolvimento daquela época. Todo o processo foi conduzido pelas autoridades estaduais competentes, inclusive no que respeita aos trabalhos de campo para verificação dos limites e confrontações, bem como a constatação da inexistência de posseiros ou terceiros interessados. Foi salientado também que a empresa nunca utilizou de ações violentas para tais aquisições (de terras), tendo quitado seus compromissos financeiros referentes às negociações realizadas.

Essas práticas tiveram lugar em uma época quando a prioridade governamental era a industrialização do país e o desenvolvimento das empresas exportadoras era estratégico para a inserção do Brasil no comércio global. Neste contexto a empresa reconhece o valor do trabalho de inúmeras pessoas que contribuíram para este fim, mas entende também que muitas destas práticas, adotadas neste período, não são adequadas ao modelo de governança que utilizamos atualmente. Nos processos de aquisição de terras, especificamente, desenvolveu-se internamente, com o amadurecimento do sistema de gestão, sob influência do próprio processo de certificação florestal, políticas e procedimentos jurídicos e de avaliação imobiliária que im-

pedem aquisições de terras com documentação incompleta, assim como emprega a avaliação de aspectos e impactos ambientais e sociais como fator de decisão da aquisição.

- **Sobre os 900 processos que tramitam contra a Veracel**

A Fibria, como acionista da Veracel, acredita que a Lei Trabalhista do Brasil permite a qualquer empregado ou ex-empregado reivindicar qualquer direito que supõe ter, mesmo que tais direitos sejam rigorosamente respeitados pelo empregador.

- **Sobre a multa e a cassação das licenças ambientais da Veracel.**

As licenças ambientais da empresa estão em vigor e a Veracel Celulose opera de forma regular.

- **Sobre a acusação do Ministério Público de que a Veracel está lavando dinheiro através de contas correntes de agricultores fomentados.**

As ações mencionadas se encontram em fase inicial e a empresa, por meio de defesas solidamente fundamentadas – algumas delas inclusive apresentadas espontaneamente, antes mesmo da citação –, pode restabelecer a verdade dos fatos.

- **Sobre a fraude na concessão do selo FSC.**

A Veracel firmou contrato com outra certificadora, no caso o Imaflo, que deu continuidade ao processo de certificação.

- **Sobre o projeto Formas da Natureza**

O projeto Formas da Natureza, apoiado por Fibria, Veracel e Suzano, alcança as localidades de Oliveira Costa (BA), Itaúnas (ES), São João do Paraíso (BA), Montinho (BA) e Coroa Vermelha (BA). Dado que apenas Oliveira Costa e Itaúnas estão no território sob a ingerência da Fibria, as 16 famílias reportadas no relatório dizem respeito a estas comunidades. Atualmente, são beneficiadas nestas comunidades 13 famílias, sendo sete em Oliveira Costa (onde há mais seis famílias que demonstraram interesse em entrar no programa) e seis em Itaúnas.

O escopo do projeto cooperativo entre as três empresas, porém, alcança outras famílias além das reportadas.

Em Oliveira Costa, Waldir Paixão, presidente da Associação de Moradores, foi designado pelo Formas da Natureza como representante dos participantes do projeto. No âmbito de reuniões periódicas conduzidas pelo consultor do projeto (empresa Raízes), a própria comunidade decidiu descentralizar a gestão. Desta forma, está em andamento a formalização da Associação dos Artesãos de Oliveira Costa, fato que fortalecerá o associativismo, a descentralização e a transparência do projeto.

- **Sobre os açudes que estão secos.**

Em Oliveira Costa, houve problemas com a base dos poços, causando vazamento. Os poços tiveram de ser esvaziados para que a base passasse pelos reparos necessários. Além disso, a região sofre com a estiagem – não chove na cabeceira do rio há vários meses e o córrego que passa na comunidade está com baixa vazão, dificultando o enchimento de outros poços. Essa situação tem preocupado empresas e consultores, tanto é que estamos em fase de coleta de orçamentos para a construção de um poço artesiano.

- **Sobre a responsabilidade social da empresa**

Utilizamos em nosso processo produtivo as melhores tecnologias disponíveis e estamos sempre buscando a ecoeficiência no consumo de insumos, com o máximo reaproveitamento e a menor geração de resíduos líquidos, sólidos e gasosos. Dentro da mesma filosofia de atuação, a Fibria é signatária do Produção Mais Limpa, programa da ONU/PNUMA. Sob o ponto de vista social, temos assumido voluntariamente o compromisso com práticas sustentáveis em toda nossa cadeia de valor, desde a área florestal até a produção e expedição dos produtos aos clientes, passando pelo cuidado com a transparência e a prestação de contas em nossa governança. Nossa certificação pelo FSC e o Cerflor e nossa adesão ao GRI, ao Pacto Global e ao ISE Bovespa, entre outros, são exemplos dessa nossa forma de atuar.

Veracel

Confira abaixo as respostas enviadas pela Veracel

- **Sobre suas práticas de responsabilidade social**

Para a Veracel, produzir fibras de celulose de alta qualidade e ter operações competitivas está relacionado à geração de impacto socioeconômico positivo na sua região de atuação. Por isso, todas as nossas operações são orientadas pela Agenda de Sustentabilidade, com a utilização das melhores práticas ambientais na fábrica, nos fluxos internos de produção, nas plantações de eucalipto e na logística. Assim como, os processos de investimentos sociais e práticas de negócios tem diretrizes estratégicas de adequação de sustentabilidade.

As certificações do manejo florestal e da cadeia de custódia cumprem princípios e critérios do Forest Stewardship Council® (FSC®), do Programa Nacional de Certificação Florestal (Cerflor) e do Sistema de Gestão Ambiental NBR ISO14001 e ajudam a balizar as iniciativas da empresa com as melhores práticas de mercado e a constante busca por inovações.

Tecnologias avançadas estão presentes também nas áreas industriais da Veracel, permitindo que a empresa alcance bons resultados na geração de energia, consumo de água e redução de emissões. O controle de emissões atmosféricas do processo produtivo atinge eficiência de 99% na retenção de partículas sólidas suspensas no ar. O trabalho também é focado na redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Em 2011, o este trabalho garantiu que 3,5 mil toneladas de CO2 deixassem de ser lançadas na atmosfera.

- **Sobre os 900 processos contra a empresa**

A empresa acredita estar em linha com as melhores práticas de mercado e no atendimento à Legislação. No entanto, a Lei Trabalhista do Brasil permite a qualquer empregado ou ex-empregado reivindicar qualquer

direito que supõe ter, sem qualquer ônus, mesmo que tais direitos sejam rigorosamente respeitados pelo empregador.

É importante esclarecer que a há 290 reclamações trabalhistas (outubro de 2012) impetradas por funcionários da Veracel. As demais reclamações foram propostas por funcionários de empresas que prestam serviços à Veracel, que foi citada na qualidade de responsável subsidiária, sobretudo no período de construção, quando se chegou a mais de oito mil pessoas na obra.

Nos 21 anos de atuação da empresa na liderança de uma cadeia produtiva significativa no Extremo Sul da Bahia e sendo uma das maiores empregadoras da região, a empresa tem buscado aprimorar constantemente suas práticas para que isso se reflita em mudança neste cenário, independente de eventual favorabilidade em cada caso.

- **Sobre a multa de R\$ 20 milhões e a cassação das licenças ambientais.**

As licenças ambientais da empresa estão em vigor e a Veracel Celulose opera de forma regular. A aplicação da sentença encontra-se suspensa até que haja o julgamento final em instância superior, sendo que o processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal. A empresa aguarda a avaliação da Justiça.

- **Sobre a acusação, feita pelo Ministério Público, de crime organizado e lavagem de dinheiro.**

É importante lembrar que as ações ainda se encontram em fase inicial e a empresa, por meio de suas defesas solidamente fundamentadas – algumas delas inclusive apresentadas espontaneamente, antes mesmo da citação –, pode restabelecer a verdade dos fatos. Desde 2006, o Promotor João Alves Neto tem atuado para gerar uma imagem negativa do negócio. Para isso, usou muito mais a imprensa que os meios legais, provocando mais polêmica do que investigações efetivas sobre as acusações que têm feito.

A Veracel ratifica sua conduta ética empresarial, assim como a de seus profissionais e de seus parceiros comerciais, com quem mantém relações pautadas em obrigações e

responsabilidades estabelecidas com transparência, tendo por princípio o cumprimento da lei e, por diretrizes, a manutenção das melhores práticas de gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável da região Sul da Bahia.

- **Sobre a fraude na certificação florestal.**

A SGS seguiu os padrões baseados no Forest Stewardship Council® (FSC®) aceitos internacionalmente. Com a saída da SGS deste Sistema, a Veracel fez a transferência do certificado para o IMAFLORA, e mantém normalmente o seu processo de manutenção. A certificadora não divulgou sua motivação de saída.

A empresa não faz apenas a manutenção de suas certificações, mas busca compartilhar todo o aprendizado e experiência desses processos com um grupo de Produtores Florestais, ligados ao seu Programa Produtor Florestal (PPF). Esta parceria da Veracel com Produtores Florestais resultou, em 2011, um feito até então inédito no Brasil: a primeira dupla Certificação em Manejo Florestal, para um grupo de 16 proprietários de florestas plantadas. Hoje, três grupos de produtores florestais ligados ao PPF já alcançaram as certificações e mais outro grupo está no mesmo caminho.

- **Sobre a condenação por terceirização ilícita de mão de obra.**

Essa sentença foi declarada nula pelo Tribunal Regional do Trabalho que reconheceu a incompetência absoluta da Vara do Trabalho de Eunápolis para julgar a referida Ação Civil Pública, determinando a remessa do processo a uma Vara do Trabalho de Salvador.

A Veracel acredita na legalidade e licitude com que conduz suas atividades, especialmente os contratos de prestação de serviços mantidos com seus parceiros e a qualidade da relação de trabalho para com seus colaboradores.

Vale ressaltar que além do cumprimento da Lei – que é obrigação de todo e qualquer cidadão e empreendimento – a Veracel atende aos rigorosos princípios de suas certificações e política de gestão.

Rumos da cooperação internacional

Artur Henrique fala sobre a criação do instituto de cooperação internacional que terá como foco a África e os países da América Latina.

POR DANIELE MARTINS

Depois de passar dois anos na presidência do Instituto Observatório Social, entre 2007 e 2009, Artur Henrique da Silva, que foi presidente da CUT de 2006 a 2012, volta a se aproximar da instituição. Desta vez, como secretário-adjunto da Secretaria de Relações Internacionais da CUT, tem pela frente o desafio de criar o instituto de cooperação internacional da central. A proposta é que, depois de anos como receptora de ações, incentivos e financiamento de cooperação, a CUT passe também a ser protagonista no cenário internacional atuando principalmente no que diz respeito aos países na América Latina e na África.

Instituto Observatório Social >> Quando você assumiu a presidência do Observatório Social?

ARTUR HENRIQUE >> Eu na assumi a presidência do Observatório quando ainda acompanhava os debates aqui na CUT. Já participava antes de alguma maneira desde o tempo em que fiquei na secretaria de formação da CUT-SP. Conhecia as pesquisas, o trabalho com as multinacionais e seguia o setor de energia elétrica. Tanto pela formação sindical, como participando de eventos como o Pesquisa e Ação Sindical, organizado pelo IOS, acompanhando relatórios de análise de pesquisa, denúncias feitas pelo IOS e por parceiros sobre o não cumprimento das normas da OIT, denúncias de trabalho escravo, trabalho infantil, desmatamento. Toda a área de pesquisa acabava também tendo como consequência uma análise sobre os problemas que eram

descobertos nas empresas.

IOS >> Em que momento você assumiu a presidência do Observatório?

ARTUR HENRIQUE >> Quando eu vim para a CUT Nacional, fizemos uma discussão para dirigentes da CUT, entre a executiva e o Observatório. Com a saída do Kjeld, acabei assumindo a presidência, em um momento de transição. A sede que funcionava na Escola-Sul, em Florianópolis estava sendo transferida para São Paulo. Era um momento muito difícil, mas avaliamos que a CUT precisava assumir um papel mais atuante, enxergar a importância do Observatório como instrumental de pesquisa, de ação sindical, desenvolvimento dos ramos, das redes, da atuação das empresas multinacionais. Era um conjunto de coisas que eram feitas no Observatório e tinham tudo a ver com a pauta da CUT. Entrei mais ou menos nesta fase, com esta tarefa de construir uma relação mais próxima entre CUT e IOS.

IOS >> E como você analisa essa nova fase do IOS, quando ele se instalou em SP?

ARTUR HENRIQUE >> Eu acho que esse período teve um avanço no estabelecimento de um rigor científico na metodologia de pesquisa, embora isso nem sempre seja levado em consideração pelos dirigentes sindicais, porque isso não pertence ao mundo sindical. Mas é essa metodologia, séria, reconhecida também pelas empresas, que ajudou a dar ao Observatório a capacidade de ser reconhecido como ele é hoje. Nesta fase também

tentamos iniciar projetos para dar maior garantia e sustentabilidade ao instituto para que não ficasse tão preso à cooperação internacional, que sempre foi e continua sendo importante, mas que acabaria deixando de ter o Brasil como prioridade.

IOS >> Quais foram os desafios desta época?

ARTUR HENRIQUE >> Outro debate interessante que surgiu dentro da CUT é que ao se propor pesquisas em determinadas empresas, o Observatório acabaria tendo que trabalhar com sindicatos que não eram filiados à nossa central. E aí tinha a questão de como um instituto ligado à CUT iria fazer pesquisa nas bases de outras centrais sindicais. Acho que conseguimos fazer um bom debate sobre esse tema, conseguimos compreender que mesmo tendo a CUT como um dos seus parceiros principais, o instituto tinha tarefa de obter resultados a serem utilizados pela classe trabalhadora. E é lógico que pelo ponto de vista da disputa sindical, também era importante para a CUT conhecer como os trabalhadores avaliavam a situação daquela empresa, mas o mais importante é que não estávamos ajudando ao sindicato, estávamos ajudando aos trabalhadores.

IOS >> Qual é o diferencial do trabalho do Observatório Social?

ARTUR HENRIQUE >> Eu diria que a trajetória do Observatório neste período também mostrou que não podemos ficar presos só a uma empresa em determinando local, mas a grande luta é fazer com que todo o conjunto da cadeia produtiva respeite os direitos, sejam as normas fundamentais da OIT, sejam os acordos coletivos. Em uma das revistas recentes do Observatório Social, foi feita uma denúncia de trabalho escravo na indústria automotiva. Não na empresa, mas na cadeia produtiva do aço que é

utilizado para fabricar o carro. E aí você olha na cadeia produtiva do aço e tem o problema do carvão, tem o problema do trabalho infantil ou mesmo do trabalho escravo em determinadas áreas mostrando que esse é o caminho. É onde devemos brigar para que a empresa tenha obrigatoriedade de seguir as normas e a luta contra o trabalho escravo e infantil, a garantia de igualdade e oportunidade também na sua cadeia produtiva.

IOS >> Quais são os desafios que o Observatório Social tem pela frente?

ARTUR HENRIQUE >> Consolidar, manter e aprofundar o trabalho e a visibilidade do Observatório como um instituto de pesquisa com essa característica, de ser reconhecido pelos atores sociais, por trabalhadores, por empresários e por governos como um instituto com credibilidade, com rigor científico na sua metodologia de pesquisa. Em segundo lugar, precisamos usar mais o Observatório. Temos quadros muito bons com formação acadêmica e experiência bastante importante para o conjunto da CUT. Precisamos aproveitar mais isso, continuando nessa linha de mobilizar os sindicatos para a luta pelas condições de trabalho em toda a cadeia produtiva.

Acho que esse é um elemento central da nossa atuação, fazer mais pesquisas e ter cada vez mais a participação do Observatório nessa luta. Acabamos de aprovar, no último Congresso Nacional da CUT a criação do Instituto de Cooperação Internacional da CUT, que vai fazer um trabalho de cooperação com outros países. Devemos trabalhar conjuntamente com o Observatório Social para que ele possa subsidiar esse novo instituto com pesquisas, dados para ajudar na atuação sindical, na mobilização, na formulação de propostas.

IOS >> Quais são as expectativas?

ARTUR HENRIQUE >> Dentro do plano estratégico que a CUT está aprovando, existe a proposta de trabalhar com macrosetores da indústria, comércio e serviços, agricultura e serviços públicos. Também precisamos aproveitar esses quatro grandes eixos de trabalho da atuação sindical para ver como a área internacional, e principalmente o Observatório podem nos ajudar potencializar essa atuação. Temos, por exemplo, várias empresas que não estão atuando em apenas uma área de negócios, pelo contrário, estão cada vez mais ampliando a sua atuação. Tem empresas hoje atuando em seis, sete, oito setores diferentes e essa verticalização, os grandes conglomerados, essa situação hoje existente de certa concentração de empresas para ganho de escala vai fazer com que haja a necessidade de se atuar não apenas olhando para a empresa, mas para todo o conjunto do setor econômico que aquela empresa representa. Isso para nós é importante, nós estamos tentando essa luta. Não temos ainda no Brasil garantia das chamadas contrapartidas sociais ambientais nos empréstimos públicos, nas empresas públicas, como cobrança que as empresas sejam obrigadas a manter determinados padrões de relações de trabalho e segurança, padrões ambientais, etc. Houve algum avanço no caso do trabalho escravo. O BNDES corta - ou não aprova - qualquer tipo de financia-

mento para empresas que não assumem o compromisso de não utilizar o trabalho escravo. Porém, não há um acompanhamento e uma fiscalização dentro do BNDES. Permanece uma visão de que as empresas têm independência e autonomia para cuidar da sua administração mesmo quando utiliza dinheiro público e não há um instrumento de acompanhamento das contrapartidas. Precisamos primeiro garantir que mais contrapartidas existam, e segundo, daquelas que existem, como o compromisso de não ter trabalho escravo, infantil, que haja acompanhamento da cadeia produtiva.

IOS >> E como o Observatório Social pode ajudar neste trabalho da CUT?

ARTUR HENRIQUE >> Nós temos, por exemplo, Vale, Petrobras, empresas estatais, privadas ou públicas, que quando vão se instalar em outro país acabam reproduzindo uma exploração da mão de obra que é igual ao que a gente criticava e continua criticando as multinacionais europeias, alemãs, americanas, francesas, que atuavam aqui na década de 70, 80 e 90. O recurso público utilizado muitas vezes por essas empresas pode ser o instrumento para pressionar o governo e o congresso a mudar a legislação para garantir que essas contrapartidas sejam respeitadas e não só no Brasil, mas onde quer que essas empresas se instalem. O Observatório pode ajudar muito nessa tarefa de realizar pesquisa, elaborar projetos, continuar fazendo seu trabalho histórico de acompanhamento do cumprimento dos direitos, das regras e das convenções da OIT ratificadas pelos vários países, mas também pensar nessa atuação mais em termos de cadeia produtiva e termos internacionais. Então tem muita coisa para fazer e eu espero que a gente possa ter um instituto de cooperação atuando cada vez mais em conjunto articulado com o Observatório Social, para que no futuro a gente possa ter mais vitórias em conjunto da classe trabalhadora e evidente melhorando as condições de trabalho dos trabalhadores.



ARTUR HENRIQUE DA SILVA

Observatório Social completa 15 anos

Focado em pesquisas sobre trabalho, direitos humanos e meio ambiente, o Instituto Observatório Social completa 15 anos respaldado pelo sucesso de suas pesquisas.

POR DANIELE MARTINS

As primeiras discussões sobre o Instituto Observatório Social surgiram no contexto da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em um momento em que houve um debate muito forte do movimento sindical internacional sobre a introdução de uma cláusula social nesta organização. O movimento sindical internacional, embora não consensualmente, através principalmente das organizações sindicais dos países desenvolvidos, criou uma proposta de produção das normas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na OMC, como condição de participação, com o objetivo não declarado de utilizar o poder de sanção comercial, que a OMC passou a ter, contra os países nos quais havia violação dessas normas fundamentais.

“Nós fizemos um debate na CUT a partir do momento que nós assumimos a Secretaria de Relações Internacionais, em 94, sobre aderir ou não a essa proposta, e construímos toda uma formulação no sentido de apoiá-la, ainda que com ressalvas, para evitar os protecionistas da cláusula social, e também questionando quem iria verificar se determinado país estava violando essas normas”, conta Kjeld Jakobsen, que foi presidente do Instituto Observatório Social desde a sua fundação, em 1997, até 2007, quando passou a atuar como consultor.

Ele explica que se tratava de verificar, em caso de violação, quem seria o responsável para ajudar a evitar que um país tivesse a sua participação comercial vetada na OMC por conta das ações de uma empresa. Neste sentido, seria fun-



INSTITUTO
OBSERVATÓRIO
SOCIAL

damental que o movimento sindical tivesse um organismo técnico de verificação científica para averiguar a violação ou não dessas normas. “Assim nasce a ideia do Observatório Social, que seria esse organismo, ligado ao movimento sindical, no caso à CUT, onde nasceu, mas que também poderia trabalhar com sindicatos de outras centrais para verificar qual era o comportamento de determinadas empresas no que se referia a essas normas fundamentais da OIT dentro do Brasil”, esclarece Jakobsen. O debate seguinte foi sobre como organizar isso, como verificar as empresas, como criar indicadores e definir os papéis.

A primeira instalação do Observatório Social foi feita em Florianópolis, junto a Escola Sul Sindical da CUT. Posteriormente foram abertas mais três, chamadas de satélites: São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus, onde ficavam pessoas do corpo técnico. Em São Paulo, as pessoas foram inicialmente alocadas no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), que foi um dos órgãos fundadores do Instituto Observatório Social, junto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho).

As primeiras pesquisas foram feitas em

1997, para subsidiar um seminário com uma delegação da FNV (Central Sindical Holandesa) que veio ao Brasil no início de 1998. A pesquisa durou algo como três meses e foi financiada pela FNV, que durante muitos anos foi o grande apoiador do Observatório, como parceira tanto do ponto de vista da discussão técnica e política, quanto financeiro e que permitiu que daí em diante, empresas não necessariamente holandesas fossem pesquisadas. A partir desta primeira experiência, a instituição se fortaleceu, ganhou quadros profissionais fortes e definiu uma metodologia.

“Depois surgiu a questão: o que fazer com essas pesquisas? Como transformá-las em ação sindical? Porque esse era o objetivo principal. Não era simplesmente levantar informações, mas envolver os sindicatos locais, as confederações neste trabalho. Então todas as pesquisas passaram a ter um envolvimento sindical dos sindicatos que representavam os trabalhadores da empresa a ser investigada. Isso significou que a provação para iniciarmos alguma pesquisa passou a partir ou dos sindicatos, ou de confederações, às vezes por sugestão da própria CUT por diversas razões ou às vezes demandados pelos nossos apoiadores externos”, explica Kjeld Jakobsen.

Surgiram outros apoiadores como

a Sask, da Finlândia e a DGB Bildungswerk, da Alemanha. O interesse do apoio internacional existia porque as informações levantadas no Brasil facilitava a conexão com o sindicalismo nos outros países e as ações sindicais aqui e nas matrizes das empresas em questão, principalmente na Europa. Também foram pesquisadas empresas japonesas e uma dinamarquesa. O apoio nem sempre era só financeiro, mas com atuação na resolução dos problemas através das centrais sindicais dos países.

Entre as empresas pesquisadas ao longo desses anos destacam-se: ABN Amro, Akzo Nobel, Basf, Bayer, Bompreço (atualmente Wal-Mart), Bosch, C&A, Parmalat, Petrobras (em parceria com o projeto *Redlat), Philips, Santander, Sodexo, ThyssenKrupp, Unilever e Lanxess.

PROJETO CUTMULTI

A experiência com as multinacionais acabou provocando a ideia de trabalho em redes nacionais e internacionais, que acabou virando um projeto conhecido como complemento ao trabalho do Observatório – o projeto CUTMulti. O Observatório levantava as informações e o projeto CUTMulti ajudava a articular as redes nacionais e internacionais para transformar essas informações em ação sindical.

CONEXÃO SINDICAL

Com tantas articulações com trabalhadores, sindicatos e centrais no Brasil e no mundo, se fez necessário a criação de ferramentas para facilitar a comunicação entre essas pessoas. Foi assim que surgiu o projeto Conexão Sindical, que com o apoio da DGB Bildungswerk, com



os primeiros ensaios em redes virtuais, em 2003, antes mesmo da existência de produtos como os conhecidos Orkut e Facebook. Tratava-se de criar ferramentas para comunicação e treinar o público para utilizar a internet. Hoje, quase dez anos depois, o Conexão Sindical continua sendo um importante instrumento das ações de formação do Observatório Social, com o aprimoramento de plataformas de ensino a distância para serem utilizadas nos cursos de formação e como ambiente de rede de notícias e comunicação do mundo sindical.

OBSERVATÓRIO SOCIAL EUROPA

Em março de 2002, o Observatório Social ganhou uma sede na Europa, mas precisamente em Amsterdã, na Holanda. Foi um projeto específico financiado pela União Europeia que durou cerca de três anos e foi feito em parceria com a FNV e a DGB Bildungswerk. Promoveu uma série de troca de informações entre as organizações sindicais dos três países, com intercâmbio de trabalhadores de seis empresas (três alemãs e três holandesas). As pesquisas nestas empresas foram subsidiadas pelos intercâmbios com o propósito de fortalecer as redes e discutir na matriz as soluções para os problemas. Karen Brower, que era a coordenadora

do Observatório Social Europa, destacou na segunda edição da Revista Observatório Social, em dezembro de 2002, que “um dos objetivos do projeto era estimular o aprendizado sobre a situação sindical socioeconômica e cultural no Brasil e na Europa”.

REVISTA OBSERVATÓRIO SOCIAL

Algumas reportagens investigativas tiveram um papel importante também. Particularmente do ponto de vista temático: trabalho escravo e trabalho infantil. A reportagem que recebeu o nome de “Escravos do Aço”, que foi feita no Maranhão e no Pará, que acabou contribuindo para que se criasse o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, do qual o Observatório Social é uma das instituições que faz o seu monitoramento. O tema do trabalho infantil também foi destaque na trajetória do Observatório Social, quando foi descoberta a participação de crianças na produção de talco na região de Ouro Preto, em Minas Gerais. A denúncia que foi feita e o trabalho político acabou tendo o envolvimento da OIT, da embaixada alemã, por causa de uma das empresas, e levou o governo implantar um programa para tirar crianças da produção. Foram temas que não nasceram da pesquisa tra-

dicional, e sim de reportagens, mas que tiveram um impacto importante. Isto, sem falar de outras, na área ambiental, a mineração na Amazônia, a madeira, e mais recentemente o carvão e o aço. A revista produzida pelo Observatório Social ganhou alguns dos maiores prêmios do jornalismo brasileiro e é reconhecida nacional e internacionalmente.

PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

O Instituto Observatório Social foi uma das primeiras instituições ligada ao sindicalismo brasileiro que publicou material sobre responsabilidade social empresarial, em 2003. No ano seguinte publicou uma revista mais abrangente em termos históricos e conceituais sobre o assunto. Ao longo de sua existência, o IOS também tem promovido oficinas, seminários e cursos de formação destinados ao público sindical interessado no tema.

“O IOS e o DIEESE fizeram parte da comissão especial sobre a ISO 26000 na categoria trabalhador, que representou o Brasil nos encontros internacionais para elaboração da ISO 26000 a norma internacional de responsabilidade social que foi publicada em dezembro de 2010 e contou com a participação de 99 países”, lembra Hélio da Costa, coordenador

do Programa de Responsabilidade Social Empresarial do IOS. Também foi elaborada pelo IOS uma cartilha para o movimento sindical com objetivo de divulgar de uma forma mais acessível o conteúdo da norma. O IOS integra o grupo de instituições que participaram da elaboração do Guia dos Bancos Responsáveis (GBR) uma iniciativa coordenada pelo Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC que visa avaliar as práticas de responsabilidade social em relação ao consumo, meio ambiente e trabalho nos cinco maiores bancos que atuam no Brasil.

REDLAT

O Observatório também participa da Rede Latino-Americana de Pesquisa em Empresas Multinacionais (Redlat), formada por institutos de pesquisas e de formação de sete países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai. O principal objetivo da rede é estudar o comportamento social trabalhista, ambiental e de responsabilidade social de empresas multinacionais na América Latina. O Observatório Social é responsável pela secretaria executiva do projeto. A ideia da criação da rede partiu do Observatório Social durante o Fórum Mundial Social de Porto Alegre em 2005, onde aconteceram as primeiras conversas.

TRABALHO DECENTE

Um processo importante na história recente do Observatório Social foi a construção de indicadores de trabalho decente, que deu uma amplitude para os estudos. Os indicadores foram criados em 2011 e usados em um projeto que envolveu formação e pesquisa junto com a OIT e a secretaria de formação da CUT aplicados no setor da construção civil, da confecção, têxtil e calçado, hotelaria e também entre trabalhadores domésticos. “Nós adaptamos as nossas ferramentas de pesquisa e aplicamos os indicadores dentro de um projeto piloto. Eu acredito que no trabalho doméstico, foi um trabalho praticamente inédito. E não só em estudar os números, porque isso é importante, mas é o trabalho que é escutar as trabalhadoras domésticas, e o as aflige no trabalho”, afirma Lilian Arruda, coordenadora de pesquisa do IOS.

FÓRUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

O coordenador institucional do Observatório Social, Amarildo Dudu Bolito, ressalta que existem outras conexões com outras organizações da sociedade civil que o Observatório tem uma relação muito forte que é um papel que o movimento sindical não consegue fazer. Nós fomos, por exemplo, cofundadores

do Fórum Amazônia Sustentável, que é uma organização multissetorial, com as maiores organizações sindicais do país e as maiores organizações empresariais do país com o objetivo de produção de políticas sustentáveis para a Amazônia.

“A nossa central sindical tem experiências incríveis que ajudaram a consolidar a imagem no Brasil, na América Latina e no mundo, e uma das ricas experiências que nós temos foi ter tido a ideia de criar o Observatório Social.” – João Felício, Secretário de Relações Internacionais da CUT.

“Depois da construção da CUT – a maior central da América Latina – um outro tipo de conquista para os trabalhadores foram as rede. E muito do fato de o trabalho com as redes ter dado certo se deve ao Observatório Social.” – Aparecido Donizeti da Silva, presidente do IOS (2009-2012)

“As pesquisas do Observatório tem impacto não apenas no Brasil, mas também no meio internacional, em diversos países. E as nossas pesquisas e denúncias tem impacto na imagem da empresa, acabam forçando que ela altere ações e relações com a classe trabalhadora e com a sociedade em função dessa repercussão” – Valeir Ertle, diretor administrativo financeiro do IOS (2009-2012).

A Contracs e os trabalhadores do comércio e serviços

Alci Matos Araujo – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT

Há mais de 20 anos a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo do comércio e serviços e conta, em sua trajetória, com parcerias importantes.

O Instituto Observatório Social é um exemplo tanto de parceiro e companheiro na luta e defesa dos direitos quanto de agente socializador de informações fundamentais para a ação sindical.

Ao longo da história do Observatório Social, a Contracs pôde contar com a entidade não só na denúncia da existência de trabalho escravo imigrante da Rede C&A como em uma pesquisa sócio-trabalhista que identificou diversos problemas existente na empresa. Para esta pesquisa, a Contracs auxiliou contactando alguns de seus sindicatos, que serviram de base para a coleta das informações necessárias.

Depois, com o resultado, amplificou seu trabalho e atuação juntamente com a empresa e os trabalhadores na busca de melhorias. Esse trabalho trouxe resultados importantes, como o reconhecimento da Rede Sindical de Trabalhadores da C&A e o compromisso do diálogo permanente na busca de avançar nas negociações e na solução de conflitos identificados nas bases representadas.

Mais recentemente, a Contracs contou mais uma vez com o Observatório para pesquisar sobre trabalho decente no setor hoteleiro e no trabalho doméstico.

Deste trabalho, identificou-se o déficit de trabalho decente nessas duas categorias. O setor hoteleiro, por exemplo,

possui jornada de trabalho acima do permitido por lei, chegando a trabalhar 50 horas por semana. Já para as domésticas, identificou-se o grande número de trabalhadoras sem registro na carteira de trabalho.

Os resultados desse trabalho serviram de suporte no debate do 1o Encontro Nacional do Setor Hoteleiro realizado em junho de 2012 e para deliberar a construção de um compromisso nacional do setor hoteleiro para os grandes

eventos esportivos que serão realizados em nosso País. A Confederação apresentou a demanda ao Governo Federal, que já formou a mesa no âmbito tripartite e as negociações já iniciaram.

Muitos outros trabalhos de grande relevância para a Confederação foram feitos pelo Instituto Observatório Social com as pesquisas com perfil social trabalhista na Wal-Mart e o Bom Preço, que subsidiaram a formação das Redes Sindicais de Trabalhadores.

Por fim queremos ressaltar a credibilidade e respeito as pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Observatório Social bem como as ações de apoio ao movimento sindical como o programa Conexão Sindical – uma importante ferramenta de comunicação para os dirigentes sindicais.

Vinte anos da convenção dos bancários

Carlos Cordeiro – Presidente da Contraf - CUT

Ao assinarem com os bancos no dia 1º de outubro último o acordo que pôs fim a nove dias de uma greve nacional que conquistou aumento real de salário pelo nono ano consecutivo, além de avanços no piso, na PLR e em outras cláusulas econômicas e sociais, os bancários celebraram uma data histórica: os 20 anos da sua Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Assinada pela primeira vez em 1992, a CCT garante aos 508 mil bancários brasileiros a mesma data-base, os mesmos

salários e os mesmos direitos em todo o território nacional e em todos os bancos, sejam públicos ou privados.

“Essa é uma conquista histórica e única no Brasil, uma construção de muitas e muitas gerações de bancários. Fruto da ousadia, da coragem da categoria para a luta, da sua capacidade de organização e da busca permanente da unidade nacional, a Convenção Coletiva é hoje um paradigma para as demais categorias de trabalhadores do país”, comemora Carlos Cordeiro, presidente da Confederação

Os papeleiros e a ação sindical no Mercosul

Patrício Sambonino – Coordenador técnico do projeto Papeleiros Mercosul, da Industriall

O mercado de papel e celulose é um dos grandes pilares da riqueza e do desenvolvimento em escala global. Várias multinacionais do setor, para escapar dos elevados custos das matérias primas e energias em outras zonas produtivas, começaram a transferir sua produção para os países localizados na América do Sul.

Essa tendência tem se manifestado nos últimos 20 anos e vem se expandindo com grandes investimentos em plantas

de alta tecnologia, na fabricação de papel e finalmente, em plantações de rápido cultivo nos países do Cone Sul.

Com o objetivo de apoiar os sindicatos dos trabalhadores de papel e celulose na América Latina, a ICEM, que agora faz parte da Industriall, começou em 2006 a desenvolver uma estratégia para o setor na região.

Em 2010, a organização lançou o projeto sindical Trabalhadores de Papel e Celulose do Cone Sul, com a proposta

Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

A busca da unidade nacional e da CCT sempre foi uma prioridade dos bancários, mesmo antes do golpe militar de 1964. Com as intervenções nos sindicatos e a repressão ao movimento sindical, os bancários, que faziam acordos coletivos por estados, perderam também a data-base unificada durante a ditadura. Com o ressurgimento do novo sindicalismo a partir do final dos anos 1970, os bancários reconquistam em 1982 a unificação da data-base em 1º de setembro. Em 1985, criam o Departamento Nacional dos Bancários da CUT (a primeira organização de uma categoria dentro da central) e deflagram a primeira greve nacional pós-ditadura. Com outra paralisação nacional, unificam nacionalmente os pisos salariais em 1991. No ano seguinte, a categoria transforma o Departamento na Confederação Nacional dos Bancários

(CNB-CUT), que assina a primeira CCT, abrindo um novo ciclo na história de lutas e conquistas dos trabalhadores.

A CCT é hoje assinada pela Contraf-CUT (fundada em 2006 no lugar da CNB-CUT para representar todos os trabalhadores do ramo financeiro), por dez federações e 136 sindicatos de bancários de todo o país.

Durante a ditadura os acordos coletivos dos bancários eram negociados por estados. Assinar a convenção coletiva em 1992, embora naquele momento só para bancos privados e estaduais, foi de extrema importância para nossa luta e sobretudo para nossa unidade. Se antigamente havia os acordos coletivos por Estado, no momento em que conseguimos unificar a categoria numa única convenção, isso abriu um novo caminho para as conquistas futuras que tivemos nos últimos períodos”, conta Carlos Cordeiro.

de contribuir para a consolidação da democracia dentro das multinacionais que operam na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai.

Além de promover o diálogo entre os trabalhadores e as empresas, faz parte da estratégia do projeto promover a união entre os papeleiros.

Em duas ocasiões os participantes do projeto se reuniram com o presidente do Uruguai, que em 2010 participou de um seminário organizado pela Federação de Operários e seus sindicatos afiliados, e o Centro Unificado de Operários Papeleiros do Uruguai.

Em novembro de 2011, José Mujica os recebeu no palácio presidencial abrindo espaço para o diálogo sobre as condições dos trabalhadores do setor.

Além dos trabalhos de diálogo a nível de governo, o projeto criou uma rede regional de trabalhadores da empresa chilena CMPC.

A rede começou o seu trabalho em 2010 e já obteve resultados importantes, e ao longo de 2011, as delegações de trabalhadores dos quatro países foram recebidas pela companhia Ipusa no Uruguai, Melhoramentos no Brasil, e uma delegação regional de trabalhadores foi recebida no escritório principal da empresa em Santiago, no Chile.

Foi um feito sem precedentes, já que a empresa sempre foi um ator fechado e difícil de aceitar um diálogo direto com os sindicatos. O projeto inclui pesquisas e estudos do setor de papel a nível regional elaborados por parceiros institucionais: IOS, Dieese Brasil, Cenda-Chile e Instituto Cuesta Duarte-Uruguai.

Acreditamos que neste momento, o projeto tem os dados mais importantes sobre a situação dos trabalhadores e das empresas do setor.

O projeto, conta com a solidariedade sindical da SASK e CEP, o apoio do Instituto Observatório Social, Dieese, e a participação dos sindicatos de papel e celulose dos quatro países: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

As mulheres e os espaços de poder

Lucineide Varjão – Coordenadora Geral da Confederação Nacional do Ramo Químico

A participação ativa das mulheres nos espaços sindicais contrasta com a sua pouca presença em posições de direção. Para uma mulher ascender a um cargo de direção precisa romper barreiras, preconceitos, e sua legitimidade é permanentemente questionada e avaliada por requisitos que normalmente não são exigidos dos homens.

Assim, as práticas sindicais acabam por reproduzir as formas da divisão sexual do trabalho, colocando as mulheres em atividades secundárias, investindo pouco em formação política e em sua trajetória como liderança. Da mesma forma que as mulheres não ocupam postos de chefia ou não exercem posição considerada “de responsabilidade” nos locais de trabalho também no sindicalismo elas não estão presentes nas instâncias de direção. Outro aspecto que dificulta a participação das mulheres se refere às responsabilidades pelas tarefas domésticas, na maioria das vezes não são compartilhadas pelos seus companheiros e maridos.

No entanto, essa realidade nunca foi considerada “natural” pelas mulheres, que iniciaram, no início da década de 1990 um amplo movimento em defesa das cotas de mulheres nas direções. Depois de vários anos de debate, em 1994, a 6ª Plenária Nacional da CUT aprova a cota mínima de 30.

O Balanço sobre a aplicação das cotas é bastante positivo. No 3º Congresso da CUT as mulheres representavam 25% dos delegados e das delegadas e 5% da direção executiva, em 2012, por ocasião do

11º Congresso as mulheres já representavam 32% da diretoria executiva.

Entretanto, longe dos consensos esse tema continua sendo objeto de grande debate tanto no Brasil e na América Latina, quanto nos países avançados. Em 2011 o Parlamento Europeu, diante das distorções geradas pela discriminação as mulheres, indicou

a adoção de cotas nos cargos de direção das empresas para avançar na direção da igualdade. Para 75% dos europeus são nas empresas que ocorrem as maiores situações de desigualdade entre homens e mulheres. Nas empresas europeias apenas 3% são dirigidas por mulheres.

Entretanto, vários países já vêm adotando medidas para corrigir essas diferenças é o caso da Noruega que aprovou em 2003 a paridade de gênero, ou seja, nenhum sexo pode estar representado com menos de 40%. Com essa medida conseguiu au-

mentar de 22% para 49% a representação feminina entre 2004 e 2009. O não cumprimento implica a adoção de sanções.

Na França se decidiu por um prazo de seis anos para que as grandes empresas (com mais de 500 funcionários ou receita superior a 50 milhões de euros) se adaptem a uma nova lei que impõe 40% de mulheres nos conselhos administrativos. No Brasil o debate que envolve as empresas na discussão de cotas praticamente não avançou e nos espaços de representação política as experiências mais significativas se localizam no campo da esquerda: PT e CUT.

O Congresso da CUT de 2012 aprovou a paridade para ser aplicada em 2015. Em nosso entendimento, a aprovação da paridade é importante para reverter o quadro de desigualdade presente nos sindicatos, uma vez que contribui para impulsionar o debate da igualdade.

É importante fortalecer os espaços próprios como os coletivos, assim como as bandeiras das mulheres dentro da CUT e dos sindicatos.

Como os bancos podem ajudar o Brasil a crescer

Juvândia Moreira – Presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

A rentabilidade do setor bancário é uma das mais elevadas da economia brasileira, quando comparada a outros setores de atividade. De acordo com dados da Consultoria Econômica, a rentabilidade mediana dos três maiores bancos privados atuantes no Brasil – Itaú Unibanco, Bradesco e Santander – é de 20,6%. Para efeito

de comparação, o setor de Siderurgia e Metalurgia apresentou rentabilidade de 8,57%; Alimentos e Bebidas (5,65%); Têxtil (9,97%); Setor Químico (2,91%); Telecomunicações (7,01%) e Construção (8,58%). O único setor que apresentou rentabilidade mediana acima do setor bancário foi o setor de Energia Elétrica com 16,86% em março de 2012.

Os números apresentados acima são importantes para que tenhamos certeza de que os bancos atuantes no Brasil, mesmo com a crise econômica internacional e com a economia nacional crescendo pouco, apresentam uma capacidade financeira de fazer inveja aos demais

Por um Brasil melhor e para todos.

Paulo Cayres – Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT

No último período o Brasil tem se debruçado em medidas que diminuem os efeitos da crise econômica mundial. O governo Dilma estabeleceu uma série de medidas conhecidas como Plano Brasil Maior. Dentro desse debate, a CNM/CUT desempenhou papel de destaque sobre o desenvolvimento de uma política industrial que apontasse para o crescimento sustentável de modo que se garanta o trabalho decente, os direitos dos trabalhadores e justiça social. Entendemos que o crescimento econômico não pode estar separado da distribuição da riqueza, da geração de mais e melho-

res empregos, com respeito às entidades sindicais e de uma sociedade participativa em todos os níveis de tomada de decisão, sejam os conselhos municipais, estaduais e os conselhos nacionais dos mais variados propósitos, na construção de uma democracia participativa, onde soberania popular seja de fato a concretização de nosso ideal igualitário.

Um sindicalismo atuante em várias frentes tem demarcado a atuação da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, Formação Sindical de dirigentes sindicais em todo o país é marca registrada de nossa confederação, não mais

importante é a organização dos trabalhadores em Redes e Comitês, onde vários companheiros de várias plantas de uma mesma empresa articulam-se encaminhando pautas unificadas nas mais variadas unidades de uma mesma empresa. Outra marca importante da CNM/CUT é o trabalho de organização de mulheres metalúrgicas, a participação de mulheres no mercado de trabalho metalúrgico é de 18,5% segundo o DIEESE, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho é luta de todos e todas na construção de uma sociedade mais igual. Através de nossa Secretaria Nacional da Mulher Metalúrgica e da Secretaria de Relações Internacionais, desenvolvemos parcerias importantes com o sindicato canadense CAW e SINTIME, de Moçambique, no sentido de organizar as mulheres tanto no Brasil quanto em Moçambique, aliás, foi essa experiência na organização de mulheres no Brasil que propiciou nossa atuação em Moçambique.

Mas nossa atuação vai além do mundo sindical, o debate sobre Sustentabilidade tem exigido dos trabalhadores uma agenda sobre a Política Industrial Brasileira, sobre matriz e eficiência energética, redução de emissões de CO², mobilidade urbana e principalmente a questão do Trabalho Decente. É esta visão de país e de mundo com distribuição da riqueza e com justiça social que nos move nesse debate, estamos, junto com a CUT, defendendo dentro dos mais variados espaços da sociedade as propostas do sindicalismo CUTista.

Não pode haver desenvolvimento sustentável se esse desenvolvimento for apenas para uma parcela da sociedade, a sustentabilidade deve estar relacionada com a sustentabilidade da vida e da vida com qualidade para todos e todas, é nesse sentido que os metalúrgicos e metalúrgicas da CUT lutam por melhores condições de trabalho e por uma sociedade mais justa e fraterna, mais igual e solidária, por um mundo melhor e para todos.

vem sustentando nossa economia nos últimos anos, ou seja, o consumo das famílias que é responsável por mais de 60% do PIB brasileiro e vem crescendo. Os fatores que fazem o mercado interno crescer são basicamente a elevação da massa salarial e a oferta de crédito da economia. E é, nesse último caso que entram os bancos. Assim, podemos dizer que no que tange a estes dois itens, o setor está em dívida. Para ajudar o Brasil a crescer, o setor bancário precisa começar a retribuir a sociedade, praticando juros civilizados, elevando a oferta de crédito, melhorando o atendimento à população através de contratações e contribuindo para melhorar as relações de trabalho e a estrutura salarial num país que ainda figura no topo do ranking mundial de desigualdade de renda.

setores econômicos do país. Diante desse cenário uma questão que devemos nos colocar é a seguinte: Como os bancos podem ajudar o Brasil a crescer?

Ao observarmos os últimos dados do PIB divulgados pelo IBGE podemos encontrar pistas para responder a esta questão. Em primeiro lugar, houve a confirmação de que o crescimento brasileiro está aquém do ideal – apenas 0,6% no terceiro trimestre deste ano, patamar inaceitável em um país que, apesar dos importantes e inúmeros avanços recentes, ainda tem milhões de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza. O segundo ponto é o mercado interno que

Observatório Social 15 anos



INSTITUTO
OBSERVATÓRIO
SOCIAL

www.observatoriosocial.org.br

A Edição Especial dos 15 anos teve
o apoio das seguintes organizações:



Sindicato dos Bancários e Financeiros
de São Paulo, Osasco e Região **CUT**
www.spbancarios.com.br



INICIATIVA:



INSTITUTO
OBSERVATÓRIO
SOCIAL

REALIZAÇÃO:



Papel Social
Comunicação